

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																
Balancos Patrimoniais					Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	Acionistas controladores											
		2024	2023		2024	2023	Reserva de Capital	Reserva de avaliação	Reserva de incentivos	Reserva de lucros						
Circulante					Nota	social	de capital	patrimonial	fiscais	legal	lucros	Total líquido do exercício	Total atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido	
Caixa e equivalentes de caixa	8	598.342	351.147	685.048	221.717	164.019	10.953	304.541	44.342	396.002	744.885	—	1.141.574	5.491	1.147.065	
Contas a receber de clientes	10	1.579.031	1.404.527	1.696.989	23.b	164.019	(164.019)	—	—	—	—	—	—	—	—	
Contas a receber de partes relacionadas	29	724.974	386.251	601.421	—	—	—	—	—	—	—	330.917	330.917	2.143	333.060	
Estoques	11	1.196.961	1.324.435	1.238.097	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Tributos a recuperar	12	382.937	336.513	428.885	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dividendos a receber	29	35.679	35.679	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Instrumentos financeiros derivativos	7.iv	2.139	82	2.139	—	—	237	—	—	—	—	—	237	—	237	
Outros recebíveis	13	75.055	77.508	75.237	—	—	—	208.226	—	—	208.226	(208.226)	—	—	—	
Ativos de operações descontinuadas	2	—	—	5.523	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Total do ativo circulante		4.595.118	3.916.142	4.733.339	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Não circulante					—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	9	1.625	1.545	1.625	23.c	—	—	—	(233.114)	—	233.114	—	—	—	—	
Tributos a recuperar	12	362.447	124.323	596.222	—	—	—	—	—	16.546	—	16.546	—	—	—	
Depósitos judiciais	20	42.510	52.796	48.613	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.a	71.862	151.062	128.379	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Outros recebíveis	13	2.356	6.550	2.425	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Investimentos em controladas	14	242.404	287.367	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Direito de uso de ativos	17.a	177.913	141.921	189.055	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(186)	(186)	
Imobilizado	15	1.084.460	1.013.209	1.089.276	385.736	—	11.190	279.653	60.888	318.102	658.643	—	1.055.569	4.898	1.060.467	
Intangível	16	296.920	14.388	330.833	—	—	—	—	—	—	—	850.453	850.453	726	851.179	
Total do ativo não circulante		2.282.497	1.793.161	2.386.428	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Total do ativo		6.877.615	5.709.303	7.119.767	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Passivo e patrimônio líquido					Em 31 de dezembro de 2023											
Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	Nota	Controladora		Consolidado	Nota	Controladora		Consolidado	Nota	Controladora		Consolidado
		2024	2023			2024	2023			2024	2023			2024	2023	
Fornecedores	18	513.893	356.559	521.405	385.736	—	—	385.736	—	—	—	—	—	—	—	—
Fornecedores a pagar partes relacionadas	29	3.464.005	2.553.281	3.504.485	25.531.492	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	19	23.794	22.243	23.794	22.243	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Debêntures	19	—	4.153	—	4.153	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Passivo de arrendamento	17.b	63.064	42.023	67.464	46.639	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Salários e encargos		173.631	164.509	197.213	183.687	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Tributos a recolher		43.765	38.710	51.379	44.134	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social a pagar	21.c	30.121	—	47.571	10.649	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Impostos parcelados		—	7.177	—	7.365	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dividendos a pagar	23	213.554	678.941	213.766	679.153	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Antecipação de dividendos recebidos	29	—	5.963	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras contas a pagar	22	167.509	143.439	243.590	184.551	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Passivos de operações descontinuadas	2	—	—	1.216	1.050	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do passivo circulante		4.693.336	4.016.998	4.871.883	4.077.972	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Não circulante						—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	19	316.039	48.735	327.039	48.735	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Debêntures	19	—	220.000	—	220.000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Passivo de arrendamento	17.b	121.904	108.148	126.246	113.588	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Provisão para perdas com processos judiciais	20	260.308	247.654	304.512	285.970	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Provisão para perda em controladas	14	—	138	—	138	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Salários e encargos		15.492	—	17.986	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras contas a pagar	22	12.061	12.061	12.061	12.061	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do passivo não circulante		725.804	636.736	787.844	680.492	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do passivo		5.419.140	4.653.734	5.659.727	4.758.464	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Patrimônio líquido						—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital social		385.736	385.736	385.736	385.736	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ajustes de avaliação patrimonial		15.613	11.190	15.613	11.190	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Reservas de lucros		1.057.126	658.643	1.057.126	658.643	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.458.475	1.055.569	1.458.475	1.055.569	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Participação de não controladores		—	—	1.565	4.898	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do patrimônio líquido		1.458.475	1.055.569	1.460.040	1.060.467	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.877.615	5.709.303	7.119.767	5.818.931	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.																
Demonstrações dos Resultados																
	Nota	Controladora		Consolidado	Nota	Controladora		Consolidado	Nota	Controladora		Consolidado	Nota	Controladora		Consolidado
		2024	2023			2024	2023			2024	2023			2024	2023	
Receita operacional líquida	24	7.739.412	6.135.274	8.257.569	6.828.870	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Custo das vendas	25	(5.083.247)	(4.130.545)	(5.158.930)	(4.220.582)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Lucro bruto		2.656.165	2.004.729	3.098.639	2.608.288	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas com vendas	25	(669.617)	(490.301)	(772.368)	(600.530)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas administrativas	25	(1.441.540)	(1.392.870)	(1.639.907)	(1.542.768)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras (despesas) receitas, líquidas	26	235.165	(30.482)	234.844	(35.717)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultado de equivalência patrimonial	14	94.637	217.833	(308)	(262)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Lucro operacional		874.810	308.909	920.900	429.011	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Receitas financeiras	27	287.945	70.472	317.673	92.192	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas financeiras	27	(124.832)	(108.293)	(133.710)	(114.465)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultado financeiro, líquido		163.113	(37.821)	183.963	(22.273)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.037.923	271.088	1.104.863	406.738	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social	21.b	(187.470)	59.829	(252.130)	(51.051)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		850.453	330.917	852.733	355.687	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Operações descontinuadas		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultado líquido das operações descontinuadas	2	—	—	(1.554)	(22.627)	—	—	—	—							

... continuação					
		EMS S.A.			
Controladas	Tipo de sociedade	Controle	País	Participação societária	
				2024	2023
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Direto	Brasil	99,79%	99,79%
Xenobrasil Desenvolvimento e Pesquisas sobre Xenotransplante do Brasil Ltda.	Ltda.	Direto	Brasil	54,00%	54,00%
Montereseach SRL	Ltda.	Direto	Itália	100%	100%
Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	LLC	Direto	Estados Unidos	100%	100%
Rio Biofarma Brasil Ltda	Ltda.	Indireto	Brasil	–	1,00%
V-SE Comércio e Distribuição de Vitaminas e Suplementos Ltda	Ltda	Direto	Brasil	100%	–
A seguir apresentamos a estrutura societária do Grupo: CPM (Concessionária Paulista de Medicamentos S.A.) – localizada em Américo Brasileiro/SP, atua na gestão e manutenção da Indústria Farmacêutica de Américo Brasileiro (IFAB) de titularidade da Fundação para o “Remédio Popular” (“FURP”), vinculada à Secretaria do Estado de São Paulo (“SESSP”), por meio de concessão. O objetivo foi ampliar a capacidade do Governo para a produção de medicamentos genéricos. O prazo de concessão é de 15 anos e o início da produção ocorreu em 1º de agosto de 2015. O Contrato de Concessão estava suspenso desde 1º de janeiro de 2020, limitando as atividades aos serviços necessários à segurança patrimonial e de monitoramento, limpeza e manutenção. Em 12 de agosto de 2022 foi divulgado no Diário Oficial o acordo de rescisão amigável e antecipada do contrato de concessão entre a CPM e a FURP, onde o mesmo foi considerado rescindido em comum acordo na desmobilização da Concessionária que ocorreu no dia 20 de dezembro de 2022 e a assunção, pela FURP, das atividades desenvolvidas pela IFAB. Os valores já faturados relativos a medicamentos fornecidos à SESSP e às atividades finais de desmobilização totalizavam R\$74.451, os quais foram recebidos o montante de R\$50.000 em agosto de 2022 de modo a viabilizar o encerramento antecipado do contrato de concessão. Em 31 de março de 2022, a CPM foi classificada como operação descontinuada. Em 30 de novembro de 2022 a CPM realizou a redução de capital no montante de R\$31.208, visando o encerramento de suas atividades, com o objetivo de retornar os investimentos realizados por seus acionistas. Os quadros de ativos e passivos de operação descontinuada estão discriminados abaixo e incluem toda a posição patrimonial e de resultados incorridos ao longo de 2024 e 2023, quando aplicável:					
Ativo				2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa				2.315	2.811
Contas a receber de partes relacionadas				76	75
Estoques				35	29
Tributos a recuperar				128	788
Antecipação de dividendos				–	6.000
Outros recebíveis				–	122
Total do ativo circulante				2.554	9.825
Não circulante					
Tributos a recuperar				2.808	2.913
Depósitos judiciais				161	175
Total do ativo não circulante				2.969	3.088
Total do ativo				5.523	12.913
Passivo e patrimônio líquido				2024	2023
Circulante					
Fornecedores				48	57
Passivo de arrendamento				23	21
Tributos a recolher				–	15
Outras contas a pagar				255	50
Total do passivo circulante				326	143
Não circulante					
Provisão para perdas com processos judiciais				890	907
Total do passivo não circulante				890	907
Total do passivo				1.216	1.050
Capital social				27.397	33.397
Reservas de lucros				(23.090)	(21.534)
Total do patrimônio líquido (i)				4.307	11.863
Total do passivo e do patrimônio líquido				5.523	12.913
(i) O saldo de patrimônio líquido foi eliminado no momento da consolidação da empresa. Os resultados e os fluxos de caixa das operações descontinuadas para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:					
				2024	2023
Despesas administrativas				(1.742)	(23.494)
Outras (despesas) receitas, líquidas				(11)	(54)
Lucro operacional				(1.753)	(23.448)
Resultado financeiro, líquido				199	921
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				(1.554)	(22.627)
Imposto de renda e contribuição social				–	–
Lucro líquido do exercício				(1.554)	(22.627)
				2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				(1.554)	(22.627)
Ajustes de:					
Provisão (reversão) para perdas de créditos estimados do contas a receber				21.930	21.930
Provisão para perda do valor recuperável (impairment)				2	(21)
Provisão para processos judiciais				(17)	(508)
				20.361	(1.226)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes				(21.930)	2.049
Estoques				(6)	12
Tributos a recuperar				(1)	(261)
Outros recebíveis				765	119
Fornecedores e outras obrigações				120	(238)
Depósitos judiciais				14	(74)
Tributos a recolher				196	(31)
Fornecedores com partes relacionadas				(15)	(173)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				(496)	177
Fluxos de caixa das atividades de investimentos e financiamentos					
Dividendos pagos aos acionistas/ quotistas do Grupo				–	(6.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos e financiamentos				–	(6.000)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos				(496)	(5.823)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				2.811	8.634
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício				2.315	2.811
EMS Sigma Pharma Ltda. – localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos similares em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda. A partir de novembro 2018 a EMS Sigma passou à condição de embaladora dos produtos fabricados pela Novamed/AM a partir do Regime Especial de Industrialização por Encomenda obtido no Estado de São Paulo e anuído pelo Governo do Amazonas. Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda. – localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos genéricos em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda. Luxbiotech Farmacêutica Ltda. – localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de dermatocosméticos de última geração em âmbito nacional, e revenda de produtos comercializados adquiridos da controladora. Montereseach SRL – localizada em Milão na Itália, é um laboratório de pesquisa farmacêutica, especializado no desenvolvimento de drug delivery systems, tecnologias que permitem desenvolver uma nova formulação para que uma droga seja liberada no organismo de forma mais rápida ou lenta, de acordo com a necessidade de médico e paciente e inclusive em concentrações mais seguras. Em 2021 a Montereseach transferiu sua participação na empresa Globe Pharma aos acionistas majoritários desta investida, encerrando assim sua participação. Rio Bio Pharmaceuticals, LLC – localizada nos Estados Unidos, tem por objeto social o desenvolvimento de atividades farmacêuticas, podendo incluir, entre outras, a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria/assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia; e a participação em joint ventures ou outras sociedades como quotistas, acionista ou sócia. Xenobrasil Desenvolvimento e Pesquisas sobre Xenotransplante no Brasil Ltda. – localizada em Hortolândia/SP, constituída em 08 de junho de 2020, tem por objeto a realização de pesquisas, desenvolvimento, inovação, aperfeiçoamento, solidificação e divulgação de técnicas e conhecimentos relacionados à sistemação do método de xenotransplante no Brasil, visando a produção de órgãos adicionais não-humanos geneticamente modificados para transplante em humanos e futura comercialização e exploração das patentes e biotecnologias desenvolvidas. A empresa não possui ainda nenhuma movimentação financeira e portanto, não há saldos a serem consolidados. Rio Biofarma Brasil Ltda. (“RBBL”) – localizada em Hortolândia/SP, é uma empresa constituída em 28 de abril de 2021 que tem como objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria/assessoria técnica e documental					

com ou sem transferência de tecnologia. V-SE Comércio e Distribuição de Vitaminas e Suplementos Ltda. (Vitaminase-se) – localizada em Hortolândia/SP, é uma empresa que tem como objeto social o comércio varejista e atacadista de produtos alimentícios em geral e o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios. A empresa foi adquirida 05 de julho de 2024 através da EMS na totalidade de 100% de participação societária, e partir de então passou a ser combinada nas informações financeiras intermediárias. Movimentações ocorridas durante o exercício de 2024: Em 24 de outubro de 2024, a EMS firmou um contrato de venda da totalidade das 593.500 quotas, representando 1% do capital social da RBBL, para a NC INVESTIMENTOS LTDA, pelo valor de R\$31. O pagamento foi realizado à vista na data da assinatura do contrato. Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: • Eliminação dos saldos de contas do ativo e passivo, entre as empresas consolidadas; • Eliminação dos investimentos e resultado da equivalência patrimonial nas empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; • Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; • Eliminação do lucro nos estoques e venda de ativo imobilizado, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas; As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: a) **Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle e transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial (MEP) desde a data que o controle é adquirido. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis e estimativas da controlada são consistentes com as políticas contábeis e estimativa adotadas pela Companhia. Adicionalmente a controlada segue o mesmo exercício social da Companhia, encerrado em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia trata as transações com participações de quotistas não controladores, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido. 3. **Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade** – As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. 4. **Uso de estimativas e julgamentos** – A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes são revisados continuamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue: **Julgamentos e estimativas relevantes:** a) **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Comitê Tributário, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos. b) **Vida útil do ativo imobilizado:** A Companhia e suas controladas reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo. **Redução dos valores de recuperação dos ativos:** A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis, imobilizado e direito de uso, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. c) **Provisão para realização e obsolescência dos estoques:** A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas. A provisão para obsolescência é constituída com base na análise individual da idade dos itens em estoque e a probabilidade de seu uso futuro. d) **Provisão para perdas de crédito esperadas:** É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48. e) **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 5. **Políticas contábeis materiais** – A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) **Moeda estrangeira: Transações e saldos em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão geralmente são reconhecidas no resultado. **Operações no exterior:** Os ativos e passivos derivados de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes a valor justo de da aquisição, se aplicáveis, são convertidos para Reais utilizando a taxa de câmbio na data de apresentação das demonstrações financeiras. Receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Reais utilizando taxas de câmbio nas datas das transações. Variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas nos ajustes acumulados de conversão da moeda estrangeira (reserva de conversão) no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é alienada, de modo que o controle, influência significativa, ou controle compartilhado não mais existem, os valores acumulados em reserva de conversão relacionados àquela operação no exterior são reclassificados para o resultado do exercício como parte do ganho ou perda na alienação. Quando o Grupo aliena apenas parte de sua participação em uma subsidiária que inclui uma operação no exterior, mas mantém controle, a respectiva proporção do valor acumulado é reatribuída a participações não controladoras. Quando o Grupo aliena apenas parte de seu investimento em uma coligada ou joint venture que inclui uma operação no exterior, enquanto mantém influência significativa ou controle compartilhado, a respectiva proporção do valor acumulado é reclassificada para o resultado do exercício. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. c) **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação em fundos de investimento de característica multimercado com risco moderado, entende

que estes podem sofrer mudança relevante de valor dada a cotação de tais títulos, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa. d) **Contas a receber de clientes:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para perdas de crédito esperadas, constituída com base em análise das contas a receber considerando o critério de perda esperada e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização. e) **Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na obsolescência ou realização dos estoques. f) **Investimentos:** Os investimentos mantidos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são ajustadas, quando aplicável, às políticas contábeis da Companhia. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e, posteriormente ajustados pelo reconhecimento da participação atribuído a Companhia nas alterações dos ativos líquidos das investidas, deduzidas de provisões para redução ao valor de recuperação, quando aplicável. g) **Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	2024	2023
Aeronave	10	10
Benefiteiras	25	25
Edificações	25	25
Máquinas	20	20
Veículos	5	5
Móveis, utensílios e equipamentos	18	18

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” nas demonstrações do resultado. h) **Intangível:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares não reconhecidos como despesa, conforme incorridos. i) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – “impairment”** No fim de cada exercício, a Administração da Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. j) **Instrumentos financeiros – pronunciamento técnico CPC 48:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Classificação dos ativos e passivos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2023 e 2022 são contas a receber de clientes, outras contas a receber e partes relacionadas. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em 2024 e 2023 a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2024 e 2023 são fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e adiantamento de clientes. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando a experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável. Para todos os outros instrumentos financeiros, a Companhia reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Por outro lado, a PCE do período de 12 meses representa a parcela da PCE durante a vida útil que deve resultar dos eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que sejam possíveis em um período de 12 meses após a data de relatório. *Baixa de continua ...*



... *continuação*

ativos e passivos financeiros: A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo.

Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. k) **Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação do ativo de direito de uso, em anos, é como segue:

	2024	2023
Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
Terrenos e edificações	6	6
Veículos e máquinas	2	2
Equipamentos	1	1

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo. Segue abaixo taxas de desconto aplicadas:

	Contratos 2024	Contratos 2023
Até um ano	13,48%	13,74%
Até dois anos	14,03%	13,10%
Até cinco anos	14,35%	12,44%
Até dez anos	14,49%	13,00%
Até vinte anos	14,38%	13,30%
Acima de vinte anos	14,38%	13,30%

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. E remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, inferior a 12 meses, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. l) **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. m) **Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. n) **Lucro básico e diluído por ação:** Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados. Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluídas em circulação durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo no lucro por ação. o) **Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, sendo o primeiro com base no estatuto social da Companhia e o segundo conforme aprovação extemporânea. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária. p) **Benefícios a empregados:** Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de um serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). q) **CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes:** A receita é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reduzida pelas devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes. A receita da venda de mercadorias é reconhecida quando todas as condições a seguir são atendidas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade das mercadorias. • A Companhia não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre as mercadorias vendidas. • O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado. • For provável que os benefícios

econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. • Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser confiavelmente mensurados. A receita proveniente da venda de mercadorias é reconhecida quando as mercadorias são entregues e a titularidade/controlê é transferida. Os fretes sobre vendas são registrados como custo do produto vendido. O pronunciamento técnico traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle dos produtos vendidos é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses produtos. **Direito de devolução:** O Grupo utiliza o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável dado o grande volume de contratos que possuem características semelhantes. O Grupo então aplica os requerimentos do CPC 47 sobre estimativas de contraprestação variável restritas para determinar o valor da contraprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e consequentemente considerada no reconhecimento de receita. Um passivo de restituição é reconhecido para os bens os quais são esperados que sejam devolvidos (valores não incluídos no preço da transação). Um ativo de direito de devolução (e ajuste correspondente ao custo de vendas) também é reconhecido pelo direito de recuperação dos bens junto ao cliente. **Abatimentos por volume:** O Grupo oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. O Grupo aplica ou o método do valor mais provável ou o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável em um contrato. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é identificado principalmente pelo número de metas de volume de vendas existentes no contrato. r) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, variação cambial, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial, descontos concedidos entre outras despesas financeiras. s) **Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. A Companhia possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRO-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com a autorização do programa Pro-DF para liquidação das parcelas e a regularização da subvenção. A Companhia considera as condições e obrigações que tem de observar e cumprir, quando da identificação dos custos a serem confrontados com o benefício econômico obtido. Os efeitos desse cálculo eram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Deduções da receita", visto que a origem do empréstimo subsidiado se refere a uma operação de crédito sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) gerado nas importações. Os juros incorridos ao longo do prazo dos empréstimos são registrados como despesa no resultado financeiro. Atualmente apenas aguardamos a autorização para liquidação de algumas parcelas remanescentes para realização da receita diferida. A Companhia, de sua atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, é beneficiária do da lei complementar 160. Em razão da lei, a Companhia goza de benefício, de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos. t) **Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. i) **Impostos correntes:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras. ii) **Impostos diferidos:** Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada em cada data de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. iii) **Impactos nas bases do IRPJ e da CSLL decorrentes do benefício governamental do Estado de São Paulo:** A Companhia, em razão de sua atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos. Para fins de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seguidos alguns requisitos previstos no presente artigo. Assim, os valores registrados pela Companhia em 2023 e 2022 decorrentes da subvenção governamental, não deverão impactar as bases tributáveis de IRPJ e CSLL, razão pela qual foram excluídos no cálculo do LALUR e do LACS. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. u) **Garantias financeiras:** Garantias financeiras são contratos que requerem do Grupo pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda incorrida por este quando um devedor específico deixo de fazer o pagamento conforme os termos do instrumento de dívida. Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia é subsequentemente contabilizado pelo que for superior entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo à garantia tornar-se provável). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não reconheceu os valores justos de suas garantias financeiras por julgá-las com baixo risco de crédito por conta do emissor. As operações na qual o Grupo atua como interveniente garantidora estão detalhadas na nota explicativa nº 9 – Gestão de riscos financeiros. v) **Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. O Grupo classifica o recebimento de dividendos como atividade de investimento e não como atividade operacional em consonância à estratégia interna de fluxo de caixa do Grupo. x) **ICPC 22/IFRIC 23 – "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro"** A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. **6. Novas normas e interpretações – 6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** No exercício corrente, a Sociedade aplicou alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. **Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 2:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e expo-

sição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade. **6.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19. **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empréstimo Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade. **7. Instrumentos financeiros –** As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme o quadro a seguir:

		Controladora				
		2024		2023		
Hierar-	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	
quia	justo	contábil	justo	contábil	contábil	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	2	598.342	598.342	351.147	351.147	
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	2	1.625	1.625	1.545	1.545	
Contas a receber de clientes	2	1.579.031	1.579.031	1.404.527	1.404.527	
Contas a receber de partes relacionadas	2	724.974	724.974	386.251	386.251	
Dividendos a receber	2	35.679	35.679	35.679	35.679	
Instrumentos financeiros derivativos	2	2.139	2.139	82	82	
Outros recebíveis	2	77.411	77.411	84.058	84.058	
		3.019.201	3.019.201	2.263.289	2.263.289	
Passivos						
Fornecedores	2	(513.893)	(513.893)	(356.559)	(356.559)	
Fornecedores a pagar partes relacionadas	2	(3.464.005)	(3.464.005)	(2.553.281)	(2.553.281)	
Empréstimos e financiamentos	2	(339.833)	(339.833)	(70.978)	(70.978)	
Debêntures	2	–	–	(224.153)	(224.153)	
Passivo de arrendamento	2	(184.968)	(184.968)	(150.171)	(150.171)	
Dividendos a pagar	2	(213.554)	(213.554)	(678.941)	(678.941)	
Outras contas a pagar	2	(179.571)	(179.571)	(155.500)	(155.500)	
		(4.895.824)	(4.895.824)	(4.189.583)	(4.189.583)	
Consolidado						
		2024		2023		
Hierar-	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	
quia	justo	contábil	justo	contábil	contábil	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	2	685.048	685.048	529.215	529.215	
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	2	1.625	1.625	1.545	1.545	
Contas a receber de clientes	2	1.696.989	1.696.989	1.522.775	1.522.775	
Contas a receber de partes relacionadas	2	601.421	601.421	58.452	58.452	
Instrumentos financeiros derivativos	2	2.139	2.139	82	82	
Outros recebíveis	2	77.662	77.662	90.570	90.570	
		3.064.884	3.064.884	2.202.639	2.202.639	
Passivos						
Fornecedores	2	(521.405)	(521.405)	(362.856)	(362.856)	
Fornecedores a pagar partes relacionadas	2	(3.504.485)	(3.504.485)	(2.531.492)	(2.531.492)	
Empréstimos e financiamentos	2	(350.833)	(350.833)	(70.978)	(70.978)	
Debêntures	2	–	–	(224.153)	(224.153)	
Passivo de arrendamento	2	(193.710)	(193.710)	(160.227)	(160.227)	
Dividendos a pagar	2	(213.766)	(213.766)	(679.153)	(679.153)	
Outras contas a pagar	2	(255.651)	(255.651)	(196.612)	(196.612)	
		(5.039.850)	(5.039.850)	(4.225.471)	(4.225.471)	

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado, 2) Custo amortizado. (**) Valor bruto de custo. O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



continua ...



EMS S.A.																
O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:																
	EMS Sigma		Legrand		Luxbiotech		Monteresearch		Rio Bio Pharmaceuticals		CPM		Vitamine-se			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Circulante																
Ativo	50.035	228.197	384.424	338.816	133.170	115.861	15.024	7.734	1.445	212	2.554	33.496	3.013	–		
Passivo	(139.003)	(309.110)	(261.839)	(151.244)	(33.496)	(47.866)	(3.905)	(4.409)	–	–	(239)	(589)	(922)	–		
Circulante líquido	(88.968)	(80.913)	122.585	187.572	99.674	67.995	11.119	3.325	1.445	212	2.315	32.907	2.091	–		
Não circulante																
Ativo não circulante	239.330	107.482	50.763	38.186	22.764	20.749	2.956	1.555	–	–	2.969	3.014	252	–		
Passivo não circulante	(9.153)	(8.969)	(18.135)	(19.509)	(56.231)	(50.250)	–	–	–	–	(978)	(1.434)	(16.735)	–		
Não circulante líquido	230.177	98.513	32.628	18.677	(33.467)	(29.501)	2.956	1.555	–	–	1.991	1.580	(16.483)	–		
Patrimônio líquido	141.209	17.600	155.213	206.249	66.207	38.494	14.075	4.880	1.445	212	4.306	34.487	(14.392)	–		
	EMS Sigma		Legrand		Luxbiotech		Monteresearch		Rio Bio Pharmaceuticals		CPM		Vitamine-se			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Resultado																
Receitas			404.126	355.413	187.255	930.606	232.004	138.636	16.483	5.625	–	–	–	1.878		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			186.023	14.187	(60.068)	319.096	38.816	17.780	(1.147)	(6.937)	–	(22.183)	(1.554)	3.289		
Despesa de imposto de renda e contribuição social			(62.416)	(4.140)	9.032	(103.980)	(11.103)	(2.760)	–	–	–	–	(11)	(173)		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			123.607	10.047	(51.036)	215.116	27.713	15.020	(1.147)	(6.937)	–	(22.183)	(1.554)	3.116		
15. Imobilizado																
	Controladora						Consolidado						Terrenos e edificações			
	Terrenos e edificações		Veículos e máquinas		Móveis, utensílios e equipamentos		Obras em andamento		Aeronave		Total		Veículos e máquinas			
													Móveis, utensílios e equipamentos			
													Data Center			
													Total			
Em 31 de dezembro de 2022	196.904	328.790	30.758	–	242.809	168.288	967.549	–	–	–	–	–	–	152.577		
Aquisições	–	3.201	932	–	118.496	–	122.629	–	–	–	–	–	–	99.203		
Baixas	(39)	(2.380)	(3.635)	–	(2.934)	–	(8.988)	–	–	–	–	–	–	(1.365)		
Baixas (depreciação)	39	2.268	3.548	–	–	–	5.855	–	–	–	–	–	–	(61.360)		
Transferências	94.590	127.570	4.410	–	(236.764)	–	(10.194)	–	–	–	–	–	–	189.055		
Depreciação	(10.278)	(30.496)	(5.003)	–	–	(17.865)	(63.642)	–	–	–	–	–	–	–		
Saldo contábil, líquido	281.216	428.953	31.010	–	121.607	150.423	1.013.209	–	–	–	–	–	–	–		
Em 31 de dezembro de 2023																
Custo	358.849	661.827	65.355	733	121.607	231.715	1.440.086	–	–	–	–	–	–	–		
Depreciação acumulada	(77.633)	(232.874)	(34.345)	(733)	–	(81.292)	(426.877)	–	–	–	–	–	–	–		
Em 31 de dezembro de 2023	281.216	428.953	31.010	–	121.607	150.423	1.013.209	–	–	–	–	–	–	–		
Aquisições (*)	31	546	16.119	–	126.944	–	143.640	–	–	–	–	–	–	–		
Baixas	–	(615)	(1.316)	–	(16.113)	–	(18.044)	–	–	–	–	–	–	–		
Baixas (depreciação)	–	590	1.242	–	–	–	1.832	–	–	–	–	–	–	–		
Transferências (**)	17.902	70.399	14.838	–	(107.544)	–	(4.405)	–	–	–	–	–	–	–		
Depreciação	(5.615)	(25.347)	(5.825)	–	–	(14.985)	(51.772)	–	–	–	–	–	–	–		
Saldo contábil, líquido	293.534	474.526	56.068	–	124.894	135.438	1.084.460	–	–	–	–	–	–	–		
Em 31 de dezembro de 2024																
Custo	376.782	732.747	96.238	733	124.894	231.715	1.563.109	–	–	–	–	–	–	–		
Depreciação acumulada	(83.248)	(258.221)	(40.170)	(733)	–	(96.277)	(478.649)	–	–	–	–	–	–	–		
	293.534	474.526	56.068	–	124.894	135.438	1.084.460	–	–	–	–	–	–	–		
(*) Do montante total, R\$ 197.506 refere-se a aquisição da Marca Dermacyd, conforme mencionado em nota 1.a. (**) O valor na linha de transferências na movimentação do imobilizado, refere-se a itens de intangível que foram adicionados nessa rubrica em períodos anteriores e transferidos para a rubrica de intangível durante o ano para classificação adequada desses itens.																
	Consolidado						Consolidado						Terrenos e edificações			
	Terrenos e edificações		Veículos e máquinas		Móveis, utensílios e equipamentos		Obras em andamento		Aeronave		Total		Veículos e máquinas			
													Móveis, utensílios e equipamentos			
													Data Center			
													Total			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	201.263	327.395	31.066	–	242.547	168.288	970.559	–	–	–	–	–	–	–		
Aquisições	–	3.776	949	–	118.671	–	123.396	–	–	–	–	–	–	–		
Baixas	(39)	(2.380)	(3.979)	–	(2.934)	–	(9.332)	–	–	–	–	–	–	–		
Baixas depreciação	39	2.268	3.878	–	–	–	6.185	–	–	–	–	–	–	–		
Transferências	94.590	127.592	4.564	–	(236.939)	–	(10.193)	–	–	–	–	–	–	–		
Depreciação	(10.154)	(30.024)	(5.278)	–	–	(17.838)	(63.294)	–	–	–	–	–	–	–		
Saldo contábil, líquido	285.699	428.627	31.200	–	121.345	150.450	1.017.321	–	–	–	–	–	–	–		
Em 31 de dezembro de 2023																
Custo	364.618	669.106	69.884	733	121.345	231.715	1.457.401	–	–	–	–	–	–	–		
Depreciação acumulada	(78.919)	(240.479)	(38.684)	(733)	–	(81.265)	(440.080)	–	–	–	–	–	–	–		
Em 31 de dezembro de 2023	285.699	428.627	31.200	–	121.345	150.450	1.017.321	–	–	–	–	–	–	–		
Aquisições (*)	31	546	16.159	–	127.933	–	144.669	–	–	–	–	–	–	–		
Baixas	–	(615)	(1.521)	–	(16.158)	–	(18.294)	–	–	–	–	–	–	–		
Baixas (depreciação)	–	590	1.439	–	–	–	2.029	–	–	–	–	–	–	–		
Transferências (**)	17.902	70.510	14.838	–	(107.655)	–	(4.405)	–	–	–	–	–	–	–		
Depreciação	(5.456)	(25.517)	(6.062)	–	–	(15.009)	(52.044)	–	–	–	–	–	–	–		
Saldo contábil, líquido	298.176	474.141	56.053	–	125.465	135.441	1.089.276	–	–	–	–	–	–	–		
Em 31 de dezembro de 2024																
Custo	382.551	740.137	100.799	733	125.465	231.715	1.581.400	–	–	–	–	–	–	–		
Depreciação acumulada	(84.375)	(265.996)	(44.746)	(733)	–	(96.274)	(492.124)	–	–	–	–	–	–	–		
	298.176	474.141	56.053	–	125.465	135.441	1.089.276	–	–	–	–	–	–	–		
(*) Do montante total, R\$ 197.506 refere-se a aquisição da Marca Dermacyd, conforme mencionado em nota 1.a. (**) O valor na linha de transferências na movimentação do imobilizado, refere-se a itens de intangível que foram adicionados nessa rubrica em períodos anteriores e transferidos para a rubrica de intangível durante o ano para classificação adequada desses itens. Em 31 de dezembro de 2024 a Administração do Grupo avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que leve à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis.																
16. Intangível																
	Controladora						Consolidado						Terrenos e edificações			
	Software		Marcas e patentes		Ativos em andamento		Outros ativos		Total				Veículos e máquinas			
													Móveis, utensílios e equipamentos			
													Data Center			
													Total			
Custo	21.183	25.790	–	–	–	17.407	64.380	–	–	–	–	–	–	–		
Depreciação acumulada	(16.769)	(18.117)	–	–	–	(15.106)	(49.992)	–	–	–	–	–	–	–		
Em 31 de dezembro de 2023	4.414	7.673	–	–	–	2.301	14.388	–	–	–	–	–	–	–		
Aquisições	57	203.783	–	–	–	2.301	14.388	–	–	–	–	–	–	–		
Transferências (*)	2.103	2.302	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–		
Depreciação	(4.093)	(12.925)	–	–	–	(263)	(17.281)	–	–	–	–	–	–	–		
Saldo contábil, líquido	2.481	200.833	–	–	–	2.038	296.920	–	–	–	–	–	–	–		
Em 31 de dezembro de 2024																
Custo	23.343	231.875	–	–	–	17.407	364.193	–	–	–	–	–	–	–		
Depreciação acumulada	(20.862)	(31.042)	–	–	–	(15.369)	(67.273)	–	–	–	–	–	–	–		
	2.481	200.833	–	–	–	2.038	296.920	–	–	–	–	–	–	–		
	Consolidado															
	Ágio Mais valia	Software	Marcas e patentes	Ativos em andamento	Outros ativos	Total										
Custo	–	21.718	38.170	–	–	17.462	77.350									
Depreciação acumulada	–	(17.006)	(26.705)	–	–	(15.161)	(58.872)									
	–	4.712	11.465	–	–	2.301	18.478									
Em 31 de dezembro de 2023	–	4.712	11.465	–	–	2.301	18.478									
Aquisições (*)	25.386	5.022	57	203.565	91.568	–	325.598									
Transferências (**)	–	–	2.103	2.302	–	–	4.405									
Depreciação	–	–	(3.976)	(13.409)	–	–	(263)	(17.648)								
Saldo contábil, líquido	25.386	5.022	2.896	203.923	91.568											

continuação

24. Receita operacional líquida – A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Vendas brutas de produtos deduzindo os abatimentos comerciais	9.348.304	7.430.641	9.938.483	8.191.820
Impostos sobre vendas	(1.337.777)	(1.113.888)	(1.389.131)	(1.161.735)
Devoluções sobre vendas	(271.115)	(181.479)	(291.783)	(201.215)
Receita operacional líquida	7.739.412	6.135.274	8.257.569	6.828.870

25. Abertura de custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Matérias-primas e materiais de consumo	(4.444.259)	(3.522.687)	(4.518.268)	(3.614.047)
Salários e encargos sociais	(921.941)	(868.949)	(1.016.688)	(940.879)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(327.689)	(310.521)	(349.146)	(307.043)
Custos previdenciários	(244.482)	(227.233)	(268.198)	(244.294)
Custos de publicidade	(237.685)	(197.907)	(280.446)	(235.909)
Despesas de transporte	(217.042)	(154.550)	(236.603)	(179.493)
Amstras	(151.426)	(115.461)	(181.217)	(136.409)
Benefícios previstos em Lei	(90.575)	(85.457)	(99.255)	(90.704)
Outros benefícios a empregados	(112.286)	(102.311)	(126.926)	(110.355)
Viagens/estadias e refeições	(51.718)	(53.027)	(62.087)	(62.365)
Material de limpeza e escritório	(75.579)	(83.911)	(76.324)	(84.246)
Plano de participação nos resultados	(80.458)	(64.473)	(90.850)	(68.934)
Serviços de terceiros – manutenção e reparos	(56.449)	(53.039)	(56.494)	(54.496)
Encargos de depreciação e amortização	(69.053)	(67.029)	(69.692)	(66.110)
Encargos de amortização de direito de uso	(55.151)	(44.935)	(61.360)	(49.839)
Energia elétrica, água e telefone	(22.102)	(20.160)	(22.193)	(20.236)
Combustíveis e lubrificantes	(32.039)	(31.719)	(35.812)	(34.888)
Provisão para perdas com processos judiciais	(35.348)	(71.879)	(38.680)	(76.392)
Comissões sobre vendas	(7.234)	(8.544)	(9.565)	(13.666)
Outras despesas (receitas)	(8.601)	(4.901)	(13.962)	(18.169)
Provisão para devolução	(621)	(240)	(1.571)	(92)
Reversão (provisão) para perdas de valor recuperável do contas a receber	566	(774)	781	(256)
Rateio CSI/Holding	65.857	77.833	63.070	65.119
Perda efetiva	(7.660)	(19.988)	(8.102)	(39.350)
Provisão para obsolescência dos estoques	(11.429)	18.146	(11.617)	19.173
Total dos custos e despesas	(7.194.404)	(6.013.716)	(7.571.205)	(6.363.880)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo das vendas	(5.083.247)	(4.130.545)	(5.158.930)	(4.220.582)
Despesas com vendas	(669.617)	(490.301)	(772.368)	(600.530)
Despesas administrativas	(1.441.540)	(1.392.870)	(1.639.907)	(1.542.768)
	(7.194.404)	(6.013.716)	(7.571.205)	(6.363.880)

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Outras receitas				
Recuperação de impostos (i)	286.280	17.426	294.678	22.631
Baixa de investimento	–	2.707	–	8.963
Outras receitas	16.759	17.818	18.136	12.475
	303.039	37.951	312.814	44.069
Outras despesas				
Impostos e taxas	(52.947)	(66.112)	(63.041)	(77.550)
Baixa de investimento	(446)	–	(446)	–
Outras despesas	(14.481)	(2.321)	(14.483)	(2.236)
Atualização monetária de contingências	(67.874)	(68.433)	(77.970)	(79.786)
Arrendamento IFRS 16 – juros passivos	(20.177)	(17.544)	(21.408)	(18.787)
Outras	(17.065)	(6.772)	(17.426)	(9.517)
Total da despesa financeira	(124.832)	(108.293)	(133.710)	(114.465)
Resultado financeiro, líquido	163.113	(37.821)	183.963	(22.273)

(a) Mais detalhes, vide nota explicativa 12. Lucro por ação – básico e diluído – O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias mantidas durante o exercício.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia			850.453	330.917
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)			20.000	20.000
Lucro básico e diluído por ação – R\$			42,52	16,55

EMS S.A.

Os lucros básico e diluído por ação são iguais, pois não há ações com possível efeito diluidor. 29. Partes relacionadas – Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas às operações com partes relacionadas decorrer de transações da Companhia com suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições definidas por elas e estão assim apresentadas: i) Controladora

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Multilab Ind. e Com. de Produtos Farm. Ltda.	109.734	–	615.452	–
Snelloq Armazéns Gerais e Log. Ltda.	274	–	4.435	–
Novamed Fabricação Prod. Farm. Ltda.	55.078	–	2.549.423	–
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	268.882	–	2	–
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	3.122	–	118.550	–
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	13.285	34.972	2.826	–
Germéd Farmacêutica Ltda.	60.651	–	172.725	–
Rio Biofarma Brasil	88.373	–	–	–
EMS Sigma Pharma Ltda.	120.260	707	570	–
Germéd Farmacêutica LDA Portugal	–	–	31.688	–
Instituto Vita Nova	–	–	–	–
NC Participações S.A	26	–	181.866	–
Montereseach Pharmaceutical Development Service	–	–	–	–
Outros	5.289	–	22	–
	724.974	35.679	3.464.005	213.554

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Multilab Ind. e Com. de Produtos Farm. Ltda.	1.822	–	488.732	–
Snelloq Armazéns Gerais e Log. Ltda.	259	–	9.190	–
Novamed Fabricação Prod. Farm. Ltda.	30.036	–	1.706.654	–
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	36	–	–	–
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	4	–	119.051	–
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	25.618	34.972	223	–
Germéd Farmacêutica Ltda.	938	–	214.701	–
Rio Biofarma Brasil	18.621	–	139	–
EMS Sigma Pharma Ltda.	305.499	707	31	–
Germéd Farmacêutica LDA Portugal	–	–	30.366	–
Instituto Vita Nova	–	–	10.000	10.757
NC Participações S.A	484	–	–	648.575
CPM Concessionária Paulista de Medicam. S/A	–	–	–	5.963
Montereseach Pharmaceutical Development Service	1.782	–	–	–
Outros	1.152	–	3.942	–
	386.251	35.679	11.639	2.553.281

Os saldos de contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas de produtos diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia com preços e condições determinados entre as partes e vencem em até 120 dias. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar às partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras de produtos diretamente relacionados com as atividades operacionais da Companhia com preços e condições determinados entre as partes e constituição de provisão de dividendos a pagar. ii) Consolidado

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Multilab Ind. e Com. de Produtos Farm. Ltda.	110.143	777.830	–	270.286
Snelloq Armazéns Gerais e Log. Ltda.	274	4.469	–	138.700
Novamed Fabricação Prod. Farm. Ltda.	66.284	2.549.423	–	475.701
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	269.857	1	–	492.597
Germéd Farmacêutica Ltda.	60.655	172.725	–	68.517
Rio Biofarma Brasil	88.373	–	–	69.702
Germéd Farmacêutica LDA Portugal	–	–	31.688	–
NC Participações S.A	–	–	182.078	–
Outros	5.835	37	–	–
	601.421	3.504.485	213.766	3.721.595

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Outras receitas				
Recuperação de impostos (i)	286.280	17.426	294.678	22.631
Baixa de investimento	–	2.707	–	8.963
Outras receitas	16.759	17.818	18.136	12.475
	303.039	37.951	312.814	44.069
Outras despesas				
Impostos e taxas	(52.947)	(66.112)	(63.041)	(77.550)
Baixa de investimento	(446)	–	(446)	–
Outras despesas	(14.481)	(2.321)	(14.483)	(2.236)
Atualização monetária de contingências	(67.874)	(68.433)	(77.970)	(79.786)
Arrendamento IFRS 16 – juros passivos	(20.177)	(17.544)	(21.408)	(18.787)
Outras	(17.065)	(6.772)	(17.426)	(9.517)
Total da despesa financeira	(124.832)	(108.293)	(133.710)	(114.465)
Resultado financeiro, líquido	163.113	(37.821)	183.963	(22.273)

(a) Mais detalhes, vide nota explicativa 12. Lucro por ação – básico e diluído – O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias mantidas durante o exercício.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia			850.453	330.917
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)			20.000	20.000
Lucro básico e diluído por ação – R\$			42,52	16,55

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 28 de fevereiro de 2025.

Ernst & Young

Auditeiros Independentes S.S. Ltda.

CRC SP-027.623/F

Cristiane Cléria S. Hilario

CRC SP-243.766/O

3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 08.145.855/0001-12

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado			
		2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023		
Ativo circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.935	6.188	26.061	20.801							
Contas a receber de clientes	9	–	56	54.830	54.493							
Imóveis a comercializar	10	–	–	93.823	89.749							
Impostos e contribuições a recuperar		3.697	3.592	4.442	4.379							
Outros ativos	12	211	2.365	1.733	4.277							
Partes relacionadas	11	5.458	–	8.884	–							
Total do ativo circulante		16.301	12.201	189.773	173.699							
Ativo não circulante												
Contas a receber de clientes	9	–	–	57.499	73.099							
Imóveis a comercializar	10	–	–	402.618	280.875							
Partes relacionadas	11	–	8.231	–	6.009							
Depósitos judiciais	21.c	547	592	15.100	14.084							
Outros ativos	12	13.661	11.385	14.532	17.455							
Investimentos	13	664.947	567.944	103.815	139.176							
Direito de uso	14	1.389	1.403	1.389	1.403							
Intangível		553	–	553	–							
Imobilizado		7	113	7	138							
Total do ativo não circulante		681.104	589.668	595.513	532.239							
Total do ativo		697.405	601.869	785.286	705.938							
Demonstrações dos Resultados Abrangentes												
		Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			
		2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(34.994)	28.434	(35.621)	28.508							
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–							
Resultado abrangente do exercício		(34.994)	28.434	(35.621)	28.508							
Atribuível aos:												
Acionistas controladores				(34.994)	28.434							
Participação dos não controladores				(627)	74							
				(35.621)	28.508							
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido												
		Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital			Lucro/Prejuízos acumulados		Total		Participação de não controladores	
		2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldos em 31 de dezembro de 2022		869.194	–	–	–		(518.529)	350.665	350.665	1.914	352.579	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–		28.434	28.434	28.434	74	28.508	–
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 23)		–	–	–	–		33.357	–	33.357	–	33.357	–
Aumento de capital social (Nota 23)		–	–	–	–		–	–	–	–	–	–
Outras transações com acionistas não controladores		–	–	–	–		–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		915.428	–	–	–		33.357	(490.095)	458.690	2.379	461.069	–
Prejuízo do exercício		–	–	–	–		–	–	–	(627)	(35.621)	–
Cisão de coligada (Nota 23)		–	–	–	–		–	–	–	–	–	–
Aumento de capital social (Nota 23)		–	–	–	–		–	–	–	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 23)		–	–	–	–		10.845	10.845	10.845	–	10.845	–
Outras transações com acionistas não controladores		–	–	–	–		–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.081.090	–	–	–		44.202	(525.089)	600.203	8.340	608.543	–
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas												
1. Contexto operacional – A 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A., pertencente ao Grupo NC, anteriormente denominada como ACS Incorporação S.A. (“Companhia”), foi constituída em 11 de maio de 2006 na forma de sociedade anônima de capital fechado, sediada na Avenida José de Souza Campos, 753, Município de Campinas, no Estado de São Paulo, e tem como objetivo e como atividade preponderante a compra e venda de imóveis, desmembramento e loteamento de terrenos, incorporações imobiliárias, construções de imóveis destinados à venda, e a prestação de serviços de consultorias em assuntos relativos ao mercado imobiliário, participar como sócia quotista em outras sociedades, e serviços de escritório e apoio administrativo. Na 3Z Realty, dedicamo-nos ao desenvolvimento de edifícios corporativos, loteamentos e bairros planejados, todos de alto padrão, concebidos para atender às exigências dos negócios contemporâneos. Nossos empreendimentos, atualmente em fase de construção, em desenvolvimento e disponíveis para locação, são projetados com um enfoque na eficiência, qualidade e inovação, proporcionando ambientes de trabalho que inspirem e surpreendem. Edifícios Corporativos: Nossos edifícios corporativos, atualmente em fase de construção, e disponíveis para locação: • Guatá Office Tower – Localizado em rua Guataparã, 301 em São Paulo, apresenta um complexo com Área 6.847, m², sendo 10 pavimentos de sala es aptos, além de uma loja no térreo, mezanino e 3 subsolos. • Square – Localizado na Nova Campinas, em Campinas-SP, apresenta uma área construída de 6.592 m², divididos em 2 subsolos, além de 6 pavimentos incluído um Roof Top. • Pinheiros – Localizado em Pinheiros, o empreendimento apresenta uma construção de 13.525 m², sendo 9.016m² de área privativa. Conta com 19 pavimentos, sendo 17 Offices, 3 apartamentos, mezaninos e dentre outros atrativos. Além destes, a 3Z Realty, tem mais de 25.000 m² em construção, para atendimento dos mais diversos setores corporativos. Loteamentos e Bairros Planejados: Loteamentos e Bairros Planejados, em fase de execução: • Parque dos Jatobás: Com uma área total de 303.391,98 m², este projeto em Campinas inclui 698 lotes residenciais. • Reserva das araucárias: Localizado na estrada municipal, CAM-478 próximo a Souzas, Campinas, projeto moderno com divididos em 7 áreas para incorporação e 1 lote comercial. Totalizando 238.610 m². Bairros planejados fase de execução: • Origão: Localizado em Campinas, com 200.242 m², este projeto de bairro planejado, inclui áreas comerciais e residenciais, com um total de 17 lotes e duas torres corporativas, totalizando um VGV potencial de R\$ 1,8 Bi. • Tozan: Localizado em Campinas, com uma área total de 1.248.837 m², este projeto abrange três fases, com um total de 1.496 lotes residenciais e comerciais, totalizando um VGV potencial de R\$ 2 Bi. Incorporação: Incorporação em fase de execução: • Casa Arborais I Altavista: Lançamento mais aguardado da 3Z Realty, situado na macrozona de estruturação urbana, próximo ao Alphaville I, Mont Blanc e Arborais. Com uma localização estratégica, tem fácil acesso às principais vias e a importantes instituições, como Unicamp, PUC Campinas, dentro outros. Com uma infraestrutura completa e um sistema viário planejado. LandBank: Dentre do seu Landbank, que inclui diversos projetos em desenvolvimento e em aprovação que são fundamentais para garantir a continuidade dos lançamentos e a expansão da Companhia nos próximos anos, destacam-se: - Pallade – área total 228.730,09m²; - São José – área total 225.832,00m²; - Poças – Fase 01 – área total 667.240,39m²; - Santana – área total 362.259,80 m²; Aquisição da GBS Cruz Empreendimentos e Participações Ltda.: Em 11 de dezembro de 2024 a 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A., anunciou a aquisição da GBS, empresa voltada para a incorporação de empreendimentos imobiliários. A empresa nacional foi adquirida dentro da estratégia de expansão do acervo de propriedades do Grupo, visando aumentar sua participação no segmento imobiliário. A transação foi concluída pelo valor de R\$20.000, pagos aos antigos acionistas em 16 de dezembro de 2024. Aquisição da SW33 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.: Em 19 de outubro de 2023 a 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A., realizou a aquisição da SW33 Empreendimento Imobiliário, empresa voltada para a incorporação de empreendimentos imobiliários. A empresa nacional foi adquirida dentro da estratégia de expansão do acervo de propriedades do Grupo, visando aumentar sua participação no segmento imobiliário. A transação foi concluída pelo valor de R\$38.020, pagos aos antigos acionistas em 2023 o valor de R\$ 11.497, em 2024 o valor de R\$22.734 e em 2025 o valor a pagar de R\$3.789. Cisão da 3Z Ingá Empreendimentos Imobiliários Ltda.: Em 22 de abril de 2024, a 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A., anunciou a cisão da empresa 3Z Ingá Empreendimentos Imobiliários Ltda. em sua totalidade, vide detalhes nota 23.												
2. Base de consolidação e investimentos em controladas – A Companhia possui participações societárias diretas nas seguintes empresas:												
Controladas		Participação %		31/12/2024	31/12/2023		Participação %		31/12/2024	31/12/2023		
		2024	2023				2024	2023				
3Z Lambda Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,18%	99,17%				99,18%	99,17%				
3Z Gama Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,73%	99,73%				99,73%	99,73%				
3Z Espaço Jardins Empreendimentos Imobiliários SPE I Ltda.		99,80%	99,80%				99,80%	99,80%				
3Z Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Ltda.		91,25%	91,25%				91,25%	91,25%				
3Z Beta Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,89%	99,89%				99,89%	99,89%				
3Z Sigma Empreendimentos Imobiliários Ltda.		95,45%	95,45%				95,45%	95,45%				
3Z Delta Empreendimentos Imobiliários Ltda.		91,43%	99,55%				91,43%	99,55%				
3Z Omega Empreendimentos Imobiliários Ltda.		93,85%	99,80%				93,85%	99,80%				
3Z Sumaré Empreendimentos Imobiliários Ltda.		98,83%	98,78%				98,83%	98,78%				
3Z Jacaranda Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,43%	99,87%				99,43%	99,87%				
3Z Alpha Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,76%	99,76%				99,76%	99,76%				
3Z Jaguaruna Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,74%	99,74%				99,74%	99,74%				
3Z Tucuma Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,92%	99,92%				99,92%	99,92%				
3Z Carnauba Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,77%	99,77%				99,77%	99,77%				
3Z Lotus Desenvolvimento Imobiliário Ltda.		100,00%	100,00%				100,00%	100,00%				
3Z Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda.		100,00%	100,00%				100,00%	100,00%				
3Z Araca Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,88%	99,88%				99,88%	99,88%				
Viva Vista Encanto Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.		97,07%	97,07%				97,07%	97,07%				
Viva Vista Solar Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,98%	99,98%				99,98%	99,98%				
Viva Vista Paisagem Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.		97,97%	97,97%				97,97%	97,97%				
Controladas												
Viva Vista Mirante Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.		97,62%	97,62%				97,62%	97,62%				
Viva Vista Horizonte Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.		89,30%	89,30%				89,30%	89,30%				
Viva Vista Brisa Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,97%	99,97%				99,97%	99,97%				
3Z Franz Empreendimentos Imobiliários Ltda.		100,00%	100,00%				100,00%	100,00%				
3Z Manaca Empreendimentos Imobiliários Ltda.		88,82%	90,00%				88,82%	90,00%				
3Z Vista Alameda SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,18%	99,18%				99,18%	99,18%				
3Z Vista Passeio SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.		98,40%	98,38%				98,40%	98,38%				
3Z Vista Recanto SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,95%	99,95%				99,95%	99,95%				
3Z Jaborandi Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,97%	99,97%				99,97%	99,97%				
Valimog Empreendimentos Imobiliários Ltda.		100,00%	100,00%				100,00%	100,00%				
3Z Jatobá Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,81%	99,78%				99,81%	99,78%				
3Z Vista Panorama SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,12%	99,11%				99,12%	99,11%				
3Z Vista Vereda SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.		98,63%	98,62%				98,63%	98,62%				
3Z Vista Cerrado SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,04%	99,03%				99,04%	99,03%				
3Z Vista Araucária SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.		100,00%	100,00%				100,00%	100,00%				
Boulevard Viva Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.		88,26%	87,68%				88,26%	87,68%				
3Z Ipanema Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,94%	99,94%				99,94%	99,94%				
3Z Vista Esplanada SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.		98,74%	98,74%				98,74%	98,74%				
3Z Vista Bosque SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,94%	99,94%				99,94%	99,94%				
3Z Vista Pomar SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.		–	99,93%				–	99,93%				
3Z Vista Plaza SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,50%	99,50%				99,50%	99,50%				
3Z Pitangueira Empreendimentos Imobiliários Ltda.		99,98%	99,98%				99,98%	99,98%				
Controladas												
		Participação %		31/12/2024	31/12/2023		Participação %		31/12/2024	31/12/2023		
		2024	2023				2024	2023				
3Z Urb Loteamentos SPE Ltda.		50,00%	50,00%				50,00%	50,00%				
Sainte Anne Empreendimentos Imobiliários Ltda.		50,00%	50,									

... continuação

da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. e) *Provisão para distrato*: As provisões para distrato foram constituídas por deliberação da administração, conforme nota explicativa no 19, onde classifica os contratos em aberto há mais de 120 dias na carteira de inadimplentes. Do valor líquido recebido em caixa, por contrato, calcula-se um percentual do valor recebido da unidade distratada, ao cliente em questão, onde o percentual de devolução é avaliado trimestralmente, de acordo com a base histórica praticada pela Companhia conforme histórico de inadimplência do cliente individualmente e histórico da realização dos itens inadimplentes da carteira dos últimos 12 meses. f) *Provisão para garantia*: As provisões para garantia são calculadas utilizando o percentual de 3% sobre o valor das vendas, considerando o período de 05 anos após a entrega da obra pela construtora, como descrito na Nota Explicativa no 22. O percentual utilizado foi calculado com base na prática adotada atualmente pelo mercado. g) *Provisão de custo ao mercado*: A provisão de custo ao mercado consiste quando o ativo está desvalorizado e seu valor contábil excede seu valor recuperável (venda). Sendo assim, o valor dos estoques deve ser registrado contabilmente pelo menor valor entre o custo e o preço de venda. O cálculo da provisão consiste em avaliar o valor médio de venda por unidade, considerando as dez últimas vendas do empreendimento em questão, com o valor de venda realizável, comparando com o saldo de imóveis a comercializar registrado em sistema, onde diante deste cenário, a provisão é constituída quando o saldo de imóveis a comercializar registrado na contabilidade é maior que o valor de venda realizável. Caso contrário, a provisão não é constituída.

5. Práticas contábeis materiais – As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. a) *Caixa e equivalentes de caixa*: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. b) *Aplicações financeiras*: As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação em fundos de investimento de característica multimercado com risco moderado, entende que estes podem sofrer mudança relevante de valor dada a cotação de tais títulos, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa. c) *Contas a receber de clientes*: Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para perdas de crédito esperadas, constituída com base em análise das contas a receber considerando o critério de perda esperada e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização. d) *Ajuste a valor presente de ativos e passivos*: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Diretoria, a Companhia registrou o ajuste a valor presente de seus ativos e passivos, se aplicável, principalmente dos saldos de contas a receber de clientes. e) *Imóveis a comercializar*: No período de construção os imóveis são avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor de mercado, dos dois, o menor. O custo dos imóveis é formado por gastos com: aquisição de terrenos, materiais, mão de obra aplicada e gastos com incorporação, bem como juros decorrentes dos financiamentos para produção. A classificação do estoque de terrenos e construções em andamento entre curto e longo prazo é feita tendo como base a expectativa de lançamento do empreendimento. A Companhia adquire os terrenos para futuras incorporações, com condições de pagamento em moeda corrente, por meio da participação na receita do empreendimento ou por meio de permuta física, com o compromisso de entrega de unidades imobiliárias do empreendimento a ser desenvolvido nos respectivos terrenos ou em outros empreendimentos. A Companhia e suas investidas revisam anualmente o valor contábil dos imóveis a comercializar e terrenos para futuras incorporações, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar que seu valor realizável líquido é menor que o valor registrado. O critério dessa avaliação leva em consideração a expectativa de lançamento dos empreendimentos imobiliários, o fluxo de caixa projetado descontado e o valor de mercado dos imóveis. f) *Investimentos*: Os investimentos mantidos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são ajustadas, quando aplicável, às práticas contábeis da Companhia. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e, posteriormente ajustados pelo reconhecimento da participação atribuído a Companhia nas alterações dos ativos líquidos das investidas, deduzidas de provisões para redução ao valor de recuperação, quando aplicável. g) *Imobilizado*: O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear e com base na vida útil estimada de cada bem:

	Vida útil estimada (2024 e 2023)
Instalações	05
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	05
Móveis e utensílios	10

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. h) *Redução ao valor recuperável – “impairment”*: No fim de cada exercício, a Administração da Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. i) *Instrumentos financeiros – pronunciamento técnico CPC 48*: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. *Classificação dos ativos e passivos financeiros*: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os instrumentos da dívida que

32 Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.

atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2024 e 2023 são contas a receber de clientes, outras contas a receber e partes relacionadas. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em 2024 e 2023 a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2024 e 2023 são fornecedores, empréstimos e financiamentos. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando a experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos dos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável. Para todos os outros instrumentos financeiros, a Companhia reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Por outro lado, a PCE do período de 12 meses representa a parcela da PCE durante a vida útil que deve resultar dos eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que sejam possíveis em um período de 12 meses após a data de relatório. *Baixa de ativos e passivos financeiros*: A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. j) *Provisões*: Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos. k) *Empréstimos e financiamentos*: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 15. l) *Apuração e apropriação do resultado de incorporação e loteamento (Recetta)*: A receita é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reduzida pelas devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes. A receita da venda de mercadorias é reconhecida quando todas as condições a seguir são atendidas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade. • A Companhia não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre as propriedades vendidas. • Valor da receita puder ser confiavelmente mensurado. l) *Apuração e apropriação do resultado de incorporação e loteamento (Recetta)*: • For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. • Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser confiavelmente mensurados. O pronunciamento técnico traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio do controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Mais especificamente, em relação a operação de venda de incorporação e loteamento, o reconhecimento da receita acontece quando: • Nas vendas à vista/à prazo de unidade concluída: a receita é reconhecida no momento em que a venda é efetivada, independente do prazo de recebimento do valor contratual; são incluídas as atualizações monetárias em caso de vendas à prazo, líquida das parcelas já recebidas, já contabilizadas como contas a receber. • Nas vendas de unidades não concluídas, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, a Companhia adota o CPC 47 – “Recetas de Contratos com Clientes”/IFRS 15, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP no 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. As receitas de vendas, os custos de terrenos e de construção são apropriados ao resultado utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, conhecido como método POC (percentage of conclusion), sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido contratado em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos, incluindo os custos de projetos e terreno, e a receita é apurada multiplicando-se este percentual (POC) pelas vendas contratadas. Valores recebidos e superiores às receitas contabilizadas são registrados como adiantamento de clientes e os juros pré-fixados, incidentes após a entrega das chaves, são apropriados ao resultado observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. *Orçamentos de obras*: Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia e de suas controladas de acordo com o método contábil utilizado. Os efeitos de tais revisões afetam o resultado prospectivamente. m) *Receitas financeiras e despesas financeiras*: As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, variação cambial, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos entre outras despesas financeiras. n) *Imposto de renda e contribuição social*: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. *Impostos correntes*: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais nacionais tributárias vigentes, pelo regime do lucro presumido, na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro presumido, via regime de caixa. *Impostos diferidos*: Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda

e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada em cada data de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. o) *ICPC 22/IFRIC 23 – “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”*: A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.

6. Adoção dos pronunciamentos novos ou revisados – 6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: No exercício corrente, a Sociedade aplicou alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. *Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7*: As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade. **6.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotaís especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotaís de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para aplicação do IFRS 19. **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial**: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações financeiras Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade**: Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

7. Instrumentos financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme o quadro a seguir:

Hierarquia		Controladora			
		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
<u>Valor justo por meio do resultado</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	2	6.935	6.935	6.188	6.188
<u>Custo amortizado</u>					
Contas a receber de clientes	2	—	—	56	56
Partes relacionadas	2	5.458	5.458	8.231	8.231
Outros ativos	2	13.872	13.872	13.750	13.750
		26.265	26.265	28.225	28.225
Passivos financeiros					
<u>Custo amortizado</u>					
Empréstimos e financiamentos	2	(47.013)	(47.013)	(55.923)	(55.923)
Passivo de arrendamento	2	(1.537)	(1.537)	(1.663)	(1.663)
Fornecedores	2	(2.940)	(2.940)	(308)	(308)
Partes relacionadas	2	(25.291)	(25.291)	(65.643)	(65.643)
Outros passivos	2	(5.423)	(5.423)	(3.349)	(3.349)
		(82.204)	(82.204)	(126.886)	(126.886)
continua ...					

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



<

... continuação

32 Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.

auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa 5, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. *Reconhecimento de receita:* Conforme mencionado na nota explicativa 25, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, do total de R\$ 51.741 mil de receita operacional bruta consolidada, o montante de R\$20.059 mil advém da receita com venda de imóveis, a qual é registrada quando há a transferência de controle do bem ao longo do tempo em que a construção avança (*over time method*). Para as unidades imobiliárias vendidas, cujo empreendimento encontra-se em andamento, a apropriação da receita ao resultado se dá considerando o percentual de execução ou percentual de conclusão de cada empreendimento (*percentage of completion – PoC*), conforme prática contábil da Companhia. Essas mesmas práticas contábeis são adotadas pelas empresas controladas e controladas em conjunto. Para as vendas de unidades concluídas, o reconhecimento da receita é feito com base na transferência de controle das unidades imobiliárias para os clientes. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação à receita operacional líquida, ao resultado operacional e resultado do exercício, considerando os efeitos decorrentes dos resultados de equivalência patrimonial sobre as empresas controladas em conjunto, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de rentabilidade dos empreendimentos, tendo em vista os controles de acompanhamento da previsão dos custos a serem incorridos até o final da obra, da avaliação do reconhecimento ou não da receita, considerando a transferência de controle e cumprimento das obrigações de performance, dos potenciais impactos sobre as unidades em estoques tendo em vista as margens apuradas em relação àquelas originalmente previstas, aos eventos de alteração e atualização dos orçamentos de obra. Uma mudança no orçamento das obras e respectivamente nas margens, no não cumprimento das obrigações de performance, podem gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: No que diz respeito ao reconhecimento da receita da Companhia e das controladas e controlas em conjunto, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do ambiente geral de controles internos relacionado ao reconhecimento da receita, incluindo aqueles relacionados ao cumprimento das performances contratuais, bem como sobre os controles relacionados ao orçamento das obras e custos a incorrer; (b) testes, em base amostral, na documentação existente, principalmente nos contratos de compra e venda e nos custos incorridos com o objetivo de avaliar a integridade e a exatidão das receitas e custos incorridos; (c) testes de recálculo da receita reconhecida no exercício com base nos percentuais de conclusão apurados e comparação com aqueles apurados pela diretoria; e (d) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas sobre o reconhecimento de receita, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. *Análise do valor realizável líquido do saldo de imóveis a comercializar:* Conforme nota explicativa 10, em 31 de dezembro de 2024, o saldo consolidado de imóveis a comercializar totalizava R\$ 481.141 mil, representando 57% do total do ativo consolidado, demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, que não excede seu valor líquido de realização. O saldo corresponde a imóveis concluídos, em construção e terrenos para futuros lançamentos de projetos imobiliários. A diretoria avalia, periodicamente, o valor recuperável dos imóveis a comercializar, considerando determinadas expectativas e premissas para a determinação do valor provável de realização, com base na melhor estimativa do valor de venda dos estoques de unidades imobiliárias, bem como o valor provável de realização dos estoques de terrenos, com base no método de comparativo de mercado e laudos de especialistas externos, ou por meio de estudos de viabilidade dos projetos já lançados ou planejados, dentre outras premissas. Caso o valor realizável seja menor que o custo, respectiva provisão é registrada. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos de identificação de perdas ao valor recuperável desses ativos, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dado à utilização de informações de mercado e grau de julgamento exercido pela diretoria, na determinação das bases comparativas e dos estudos internos de viabilidade: Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação, com envolvimento de especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar na análise da melhor estimativa dos preços de venda dos imóveis a comercializar e dos comparativos de mercado para os terrenos, utilizados pela diretoria, e avaliação da sua razoabilidade e consistência com os dados e premissas utilizados; (b) para o valor realizável suportado por estudos internos de viabilidade, a revisão das projeções de vendas futuras, incluindo a verificação dos preços considerados e sua comparação com os dados de mercado, bem como a revisão dos custos projetados a incorrer e orçamentos dos projetos; (c) análise de informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas pela diretoria; e (d) utilizamos especialistas para a validação física das obras em andamento, bem como para a confirmação da existência desses ativos. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de março de 2024, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas 31 de março de 2025.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP 027.623/F

Cristiane Cléria S. Hilario
CRC-SP 243.766/O

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

www.datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA

MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Dock Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 13.370.835/0001-85 – NIRE 35.300.391.306

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2025
Data, Hora e Local: No dia 20 de março de 2025, às 09:00 horas, na sede social da **Dock Instituição de Pagamento S.A.**, com sede no Município de Barueri, Estado de São Paulo, à Avenida Tamboré, nº 267, 27º andar, conjunto 271-A, Sala 2, Torre Sul, Edifício Canopus Corporate, Alphaville, CEP 06460-000 (“**Companhia**”). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do Artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”). **Mesa:** Presidente: Marcelo Prudêncio Jacques e Secretário: Duilio de Oliveira Beneduzzi. **Ordem do Dia:** Em sede ordinária deliberar sobre **(i)** a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia (“**Estatuto Social**”) para prever o direito de os acionistas detentores de ações preferenciais de emissão da Companhia receber dividendos por ação e/ou juros sobre o capital próprio da Companhia; **(ii)** reforma do Capítulo III – Da Administração do Estatuto Social, a fim de alterar a composição e estrutura de administração a Companhia, bem como excluir as matérias de deliberação obrigatória da Diretoria; **(iii)** a alteração do Parágrafo Único do Artigo 15 do Estatuto Social para alterar as competências atribuídas à Assembleia Geral; **(iv)** reforma do Capítulo VII – Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Sua Aplicação do Estatuto Social, a fim de detalhar a forma de destinação do lucro líquido da Companhia; e **(v)** a consolidação do Estatuto Social. **Deliberações:** Os acionistas examinaram e discutiram as matérias constantes da ordem do dia e deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, o quanto segue: **(i). Direitos de Preferencialistas.** Aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social para prever o direito de os acionistas detentores de ações preferenciais de emissão da Companhia em receber dividendos por ação e/ou juros sobre o capital próprio, bem como que os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio pagos por ação da Companhia devem corresponder **(a)** ao total de dividendos (ou juros sobre o capital próprio), dividido por **(b)** número de ações ordinárias em circulação somado ao número de ações preferenciais em circulação vezes 1.000 (um mil), excluídas as ações em tesouraria (“**Valor por Ação**”). Observada a prioridade ao recebimento de dividendos, o fator resultante do Valor por Ação vezes o número de ações ordinárias em circulação será o dividendo e/ou juros sobre capital próprio por ação ordinária a ser distribuído, e o fator resultante do Valor por Ação multiplicado por 1.000 (um mil) será o dividendo e/ou juros sobre capital próprio por ação preferencial a ser distribuído. Como resultado, o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar nos termos a seguir: **“Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 313.149.282,16 (trezentos e treze milhões, cento e quarenta e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos), dividido em 1.289.900 (um milhão, duzentas e oitenta e nove mil e novecentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e 56.399 (cinquenta e seis mil e trezentas e noventa e nove) ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal, totalizando 1.346.299 (um milhão trezentas e quarenta e seis mil e duzentas e noventa e nove) ações. **Parágrafo Primeiro.** As preferências e vantagens das ações preferenciais de emissão da Companhia consistem em: (i) prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio; e (ii) direito ao recebimento de dividendos por ação e/ou juros sobre o capital próprio da Companhia, observado o disposto na Lei das S.A., neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia. **Parágrafo Segundo.** Os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio pagos por ação da Companhia devem corresponder (i) ao total de dividendos (ou juros sobre o capital próprio), dividido por (ii) número de ações ordinárias em circulação somado ao número de ações preferenciais em circulação vezes 1.000 (um mil), excluídas as ações em tesouraria (“**Valor por Ação**”). Observada a prioridade ao recebimento de dividendos, o fator resultante do Valor por Ação vezes o número de ações ordinárias em circulação será o dividendo e/ou juros sobre capital próprio por ação ordinária a ser distribuído, e o fator resultante do Valor por Ação multiplicado por 1.000 (um mil) será o dividendo e/ou juros sobre capital próprio por ação preferencial a ser distribuído. **Parágrafo Terceiro.** Os acionistas poderão converter ações da espécie preferencial em ordinária, à razão de 1 (uma) ação preferencial para 1.000 (mil) ações ordinárias, desde que integralizadas, ficando consignado que o exercício da opção de conversão poderá estar sujeito à autorização prévia do Banco Central do Brasil. Os pedidos de conversão recebidos pela Companhia deverão ser homologados na primeira Assembleia Geral que se realizar após a referida aprovação da conversão. **Parágrafo Quarto.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social e em eventual acordo de acionista arquivado na Companhia. **Parágrafo Quinto.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da Lei e observado eventual acordo de acionistas arquivado na Companhia, no prazo que for fixado pela Assembleia geral deliberar sobre o aumento de capital. **Parágrafo Sexto.** A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá emitir ações preferenciais adicionais sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir, desde que o número de ações preferenciais sem direito de voto não ultrapasse o limite de 50% (cinquenta por cento) do total do capital social.” **(ii). Reforma do Capítulo III – Da Administração.** Aprovar a integral reforma do Capítulo III – Da Administração do Estatuto Social, o qual passará a vigorar nos termos a seguir: **“Capítulo III – Da Administração.** **Artigo 6º.** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Financeiro e 01 (um) Diretor de Operações, todos pessoas naturais, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. A eleição e/ou reeleição da Diretoria será, na medida do possível, realizada preferencialmente na data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a aprovação de contas da Companhia. **Artigo 7º.** O prazo de mandato da Diretoria é de 02 (dois) anos, sendo permitidas reconduções consecutivas. **Parágrafo Único.** Vencido o mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse dos eleitos. **Artigo 8º.** Os Diretores ficam dispensados de prestar caução em garantia de suas gestões. **Artigo 9º.** A investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Artigo 10.** Nos casos em que a Diretoria ficar reduzida a menos de 3 (três) membros, a Assembleia Geral de Acionistas deverá, tempestivamente, eleger o número de substitutos que se façam necessários para atingir a composição mínima, que servirão até o término do mandato do substituído, nos termos do art. 150 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Artigo 11.** A Diretoria da Companhia cabe, dentro das orientações e atribuições de poderes traçadas pelo Diretor Presidente e pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Diretoria combinando assinaaturas entre si; e **(iii)** por procuradores devidamente constituídos pela Companhia, observadas as condições, regras e limites descritos no respectivo instrumento de mandato. **Parágrafo Segundo.** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas, sob pena de nulidade, por 02 (dois) membros da Diretoria em conjunto, devendo especificar os poderes e alcadas conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou procedimentos administrativos adotados perante autoridade pública ou autarquia competente, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. **Rerratificação e Remanejamento da Diretoria.** Em razão da reforma do Capítulo III – Da Administração do Estatuto Social da Companhia ora deliberada, da qual decorreu a extinção dos cargos de Diretor de Estratégia e Diretor de Segurança da Informação, aprovar o remanejamento dos Srs. Marcelo Prudêncio Jacques e Thiago Ferreira da Cunha, bem como ratificar a vigência dos mandatos de todos os membros da Diretoria, os quais permanecem devidamente empossados e no exercício de suas atribuições nos termos a seguir previstos: **a. Antônio Carlos Soares Junior,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 9.436.053, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 093.016.138-67, no cargo de Diretor Presidente; **b. Diogo Frenkel,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 107660417, expedida pelo IFPR/RI, inscrito no CPF sob o nº 080.588.167-01, no cargo de Diretor Financeiro; **c. Henrique Antônio Casagrande Dias de Almeida,** brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 1544234, expedida pela SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº 086.507.457-76, no cargo de Diretor de Operações; **d. Marcelo Prudêncio Jacques,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 2263652, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 012.324.191-09, no cargo de Diretor sem designação específica; **e. Thiago Ferreira da Cunha,** brasileiro, casado, profissional de tecnologia da informação, portador da cédula de identidade RG nº 28994028, inscrito no CPF/ME sob o nº 221.569.858-63, no cargo de Diretor sem designação específica. **(iii). Matérias de Competência da Assembleia Geral.** Aprovar a alteração do Parágrafo Único do Artigo 15 do Estatuto Social para modificar as competências atribuídas à Assembleia Geral da Companhia. Como resultado, o Artigo 15 do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 15.** As Assembleias Gerais poderão ser convocadas por qualquer membro da Diretoria, agindo isoladamente (com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e apresentação dos documentos pertinentes) e poderá ser instalada e presidida por um dos membros da Diretoria ou, na ausência, por terceiro escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da Assembleia caberá a escolha de um secretário. **Parágrafo Único.** Além das demais competências atribuídas à Assembleia Geral em lei e neste Estatuto Social, competirá também à Assembleia Geral apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** aumento ou redução do capital social da Companhia e resgate de ações da Companhia e/ou de suas subsidiárias; **(ii)** emissão de valores mobiliários pela Companhia, incluindo, mas não se

limitando, a emissão de debêntures conversíveis e/ou de bônus de subscrição de Ações ou qualquer outro instrumento conversível em ou cujo exercício implique no recebimento de ações, resgate e amortização de ações; **(iii)** aprovação de planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados e às pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de afiliadas e subsidiárias; **(iv)** criação de nova classe de ações de emissão da Companhia, alterações nos direitos das classes de ações existentes e decisão sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; **(v)** concessão ou assunção de empréstimo ou prestação de garantias, pela Companhia ou por suas subsidiárias, em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em uma ou mais transações ocorridas dentro de 12 (doze) meses; **(vi)** transferência de ações, transformação, fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações e quaisquer outras formas de reestruturação societária, dissolução, liquidação ou a cessação do estado de liquidação, requerimento de recuperação judicial e extrajudicial ou autofalência da Companhia, incluindo a eleição do liquidante e aprovação de suas contas, ou alienação de participação societária detida pela Companhia em suas subsidiárias ou de ativos relativos detidos pela Companhia ou por suas subsidiárias; **(vii)** aprovação anual das contas apresentadas pelos administradores da Companhia e deliberação sobre as demonstrações financeiras da Companhia; **(viii)** eleição e destituição da Diretoria da Companhia, na forma prevista neste Estatuto Social; **(ix)** indicação e destituição dos auditores independentes da Companhia; **(x)** fixação da remuneração global e plano de remuneração da Diretoria da Companhia; **(xi)** operações envolvendo, de um lado, a Companhia ou suas subsidiárias e, de outro, os acionistas ou quaisquer outras sociedades em que os acionistas detenham participação no capital social superior ou igual a 5% (cinco por cento), direta ou indiretamente, incluindo seus respectivos acionistas e subsidiárias, diretos ou indiretos, quando aplicável, ou seus cônjuges e parentes de 1º (primeiro) ou 2º (segundo) grau, quaisquer administradores da Companhia ou de suas subsidiárias ou seus cônjuges de pais, de tais pessoas, exceto sociedades que sejam investidas, direta ou indiretamente, pelas entidades (e suas subsidiárias) que indiretamente investem na Companhia; **(xii)** aprovação da política de dividendos; **(xiii)** destinação dos lucros da Companhia, distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio em desconformidade com a política de dividendos; **(xiv)** aprovação e/ou alteração material do orçamento anual da Companhia, que deverá abranger todos os seus negócios e de suas controladas; **(xv)** realização de investimento/despesas de capital (CAPEX) anuais, de forma unitária ou agregada, pela Companhia ou suas subsidiárias, não previsto no orçamento anual ou em valor acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em uma ou mais transações ocorridas dentro de 12 (doze) meses da Companhia e suas subsidiárias; **(xvi)** venda, arrendamento, aluguel, abandono, cessão, transferência, licença ou outra forma de disposição pela Companhia e/ou por suas subsidiárias de carteira de clientes, plataforma de tecnologia ou de quaisquer direitos de propriedade intelectual detidos pela Companhia e/ou por suas subsidiárias que tenha um efeito material adverso nas atividades da Companhia e/ou de suas subsidiárias; **(xvii)** renúncia de quaisquer direitos relevantes da Companhia e/ou das suas subsidiárias, bem como renúncia, perdão, composição ou liquidação de direitos ou obrigações envolvendo valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), incluindo em relação a qualquer ação, arbitragem ou processo da Companhia e/ou de suas subsidiárias perante qualquer pessoa ou autoridade governamental; e **(xviii)** ajustamento de ações judiciais, arbitrais ou processos administrativos envolvendo um valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).” **(iv). Capítulo VII – Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Sua Aplicação.** Aprovar a reforma do Capítulo VII – Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Sua Aplicação do Estatuto Social, o qual passará a vigorar nos termos a seguir: **“Capítulo VII – Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Sua Aplicação.** **Artigo 22.** O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 23.** O balanço, obediente a todas as prescrições legais e sem prejuízo de demais demonstrações financeiras aplicáveis à Companhia conforme normativas, será levantado em 31 de dezembro de cada ano. A critério da Diretoria, a Companhia poderá levantar balanços intercalares, no último dia útil de cada mês. **Artigo 24.** Do lucro líquido apurado em cada balanço, serão destinados: **(i)** 5% para a constituição do fundo de reserva legal, até que este alcance 20% do capital social; **(ii)** uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório da Companhia, nos termos da política de dividendos da Companhia; e **(iii)** o saldo, se houver, terá a aplicação conforme estabelecido pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes Mesa. Marcelo Prudêncio Jacques – Presidente; e Duilio de Oliveira Beneduzzi – Secretário. **Acionistas Presentes:** Antônio Carlos Soares Junior e Dock Tecnologia S.A. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. A presente ata foi assinada mediante assinatura eletrônica declarada por meio da plataforma online “D4sign” ou similar, de modo que os presentes declaram e reconhecem a validade, para todos os fins, da assinatura eletrônica da presente ata, a qual, uma vez assinada digitalmente, produzirá todos os seus efeitos de direito, ficando conveniado que a data de assinatura será aquela da efetiva realização da presente Assembleia Geral Extraordinária. Barueri/SP, 20 de março de 2025. (Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.) **Mesa:** Marcelo Prudêncio Jacques – Presidente; Duilio de Oliveira Beneduzzi – Secretário. **Anexo I – Dock Instituição de Pagamento S.A.** CNPJ 13.370.835/0001-85 NIRE 35300391306. **Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede e Foro, Objeto e Duração.** **Artigo 1º.** A **Dock Instituição de Pagamento S.A.** é uma sociedade por ações, que se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro no Município de Barueri, Estado de São Paulo, à Avenida Tamboré, nº 267, 27º Andar, Sala 2, conjunto 271-A, Edifício Canopus Corporate Alphaville, Alphaville, CEP 06460-000, podendo, por resolução da Diretoria, abrir filiais em qualquer localidade do país, observadas as prescrições legais. **Artigo 3º.** A Companhia terá como objetivo social: a) A gestão de contas de pagamentos; b) A disponibilização de serviços de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento; c) A execução e a facilitação a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento; d) A emissão de instrumentos de pagamento; e) A administração de cartões de crédito; f) A execução de remessa de fundos; g) A conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, credenciando a sua aceitação ou gerindo o uso de moeda eletrônica; h) Outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento, designadas pelo Banco Central do Brasil. l) O desenvolvimento, administração e gestão de programas de cartões pré-pagos e/ou pré-carregáveis (ou recarregáveis), em moeda nacional e/ou estrangeira, bem como o estabelecimento de relações contratuais com os portadores dos cartões; j) O desenvolvimento e o estabelecimento de pagamento com meios eletrônicos; k) A aceitação de depósitos (ou créditos) de portadores de cartões; l) A participação de intercâmbio doméstico e internacional de transações realizadas com cartões emitidos pela administração; m) A participação de serviço de autorizações das transações realizadas pelos portadores; n) Credencial aceitação de instrumento de pagamento; o) Prestar serviços de iniciação de transação de pagamento; p) Participar de arranjo de pagamento nos termos da regulamentação vigente; q) Ser responsável por arranjo de pagamento nos termos da regulamentação vigente, podendo fazer uso de marca associada ao referido arranjo de pagamento; r) Consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento, implantação, licenciamento, e comércio de sistemas e programas de computador; s) Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica e específica; t) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; u) Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; v) Prestação de serviços de cobrança em nome e por conta de terceiros; w) Intermediação de negócios; x) A prestação de serviços de intermediação e atendimento aos clientes e usuários de instituições financeiras para receber e encaminhar propostas de abertura de contas, empréstimos e financiamentos, cartões e/ou operações de câmbio; realizar coleta e atualização de informações cadastrais e de documentação; receber e realizar pagamentos inclusive de contas e títulos, bem como transferências eletrônicas e serviços Pix; executar ordens de pagamento; realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheque ou cheque de viagem, bem como carga de moeda estrangeira em cartão pré-pago; executar ordem de transferência unilateral para o exterior e demais atividades pertinentes aos serviços de correspondente bancário; e y) A participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital e Ações.** **Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 313.149.282,16 (trezentos e treze milhões, cento e quarenta e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos), dividido em 1.289.900 (um milhão, duzentas e oitenta e nove mil e novecentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e 56.399 (cinquenta e seis mil e trezentas e noventa e nove) ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal, totalizando

1.346.299 (um milhão trezentas e quarenta e seis mil e duzentas e noventa e nove) ações. **Parágrafo Primeiro.** As preferências e vantagens das ações preferenciais de emissão da Companhia consistem em: (i) prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio; e (ii) direito ao recebimento de dividendos por ação e/ou juros sobre o capital próprio da Companhia, observado o disposto na Lei das S.A., neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia. **Parágrafo Segundo.** Os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio pagos por ação da Companhia devem corresponder (i) ao total de dividendos (ou juros sobre o capital próprio), dividido por (ii) número de ações ordinárias em circulação somado ao número de ações preferenciais em circulação vezes 1.000 (um mil), excluídas as ações em tesouraria (“**Valor por Ação**”). Observada a prioridade ao recebimento de dividendos, o fator resultante do Valor por Ação vezes o número de ações ordinárias em circulação será o dividendo e/ou juros sobre capital próprio por ação ordinária a ser distribuído, e o fator resultante do Valor por Ação multiplicado por 1.000 (um mil) será o dividendo e/ou juros sobre capital próprio por ação preferencial a ser distribuído. **Parágrafo Terceiro.** Os acionistas poderão converter ações da espécie preferencial em ordinária, à razão de 1 (uma) ação preferencial para 1.000 (mil) ações ordinárias, desde que integralizadas, ficando consignado que o exercício do direito de conversão poderá estar sujeito à autorização prévia do Banco Central do Brasil. Os pedidos de conversão recebidos pela Companhia deverão ser homologados na primeira Assembleia Geral que se realizar após a referida aprovação da conversão. **Parágrafo Quarto.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social e em eventual acordo de acionista arquivado na Companhia. **Parágrafo Quinto.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da Lei e observado eventual acordo de acionistas arquivado na Companhia, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **Parágrafo Sexto.** A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá emitir ações preferenciais adicionais sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir, desde que o número de ações preferenciais sem direito de voto não ultrapasse o limite de 50% (cinquenta por cento) do total do capital social. **Capítulo III – Da Administração.** **Artigo 6º.** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Financeiro e 01 (um) Diretor de Operações, todos pessoas naturais, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. A eleição e/ou reeleição da Diretoria será, na medida do possível, realizada preferencialmente na data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a aprovação de contas da Companhia. **Artigo 7º.** O prazo de mandato da Diretoria é de 02 (dois) anos, sendo permitidas reconduções consecutivas. **Parágrafo Único.** Vencido o mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse dos eleitos. **Artigo 8º.** Os Diretores ficam dispensados de prestar caução em garantia de suas gestões. **Artigo 9º.** A investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Artigo 10.** Nos casos em que a Diretoria ficar reduzida a menos de 3 (três) membros, a Assembleia Geral de Acionistas deverá, tempestivamente, eleger o número de substitutos que se façam necessários para atingir a composição mínima, que servirão até o término do mandato do substituído, nos termos do art. 150 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Artigo 11.** A Diretoria da Companhia cabe, dentro das orientações e atribuições de poderes traçadas pelo Diretor Presidente e pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Companhia, tendo poderes para praticar atos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por lei ou pelo presente Estatuto Social sejam de competência de outro órgão ou dependam de prévia aprovação de tal órgão. **Parágrafo Único.** As reuniões da Diretoria serão convocadas pelo Diretor Presidente, ou a pedido de qualquer um de seus membros, sempre que os interesses sociais o exigirem. Serão admitidas reuniões presenciais, semipresenciais e digitais, nos termos da regulamentação aplicável, devendo constar da respectiva convocação, quando houver ou da ata quando a convocação for dispensada, a informação sobre (a) a forma de realização da reunião, (b) a forma como será feita a participação e (c) a forma de votação a distância. **Artigo 12.** Nos casos de impedimentos ou ausências temporárias de qualquer um dos diretores, os remanescentes escolherão, dentre si, o substituto que exercerá as funções do substituído cumulativamente. **Artigo 13.** Compete fundamentalmente à Diretoria, sem prejuízo às demais atribuições que lhe estejam designadas neste Estatuto Social, atuar conforme competências atribuídas pela Assembleia Geral da Companhia. **Parágrafo Primeiro.** A representação ativa e passiva da Companhia, nos atos e operações de gestão ordinária dos negócios sociais, tais como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, bem como atos de aquisição, alienação, oneração de móveis e outros bens de qualquer natureza, locação ou arrendamento de bens do ativo permanente, prestação de fianças e outros que impliquem contrair obrigações, transgir ou renunciar direitos , e, ainda, a celebração de contratos e, em geral, quaisquer outros documentos ou atos que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados nos termos previstos nos incisos “i” a “iii” abaixo: **(i)** por 02 (dois) membros da Diretoria combinando assinaaturas entre si; e **(ii)** por procuradores devidamente constituídos pela Companhia, observadas as condições, regras e limites descritos no respectivo instrumento de mandato. **Parágrafo Segundo.** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas, sob pena de nulidade, por 02 (dois) membros da Diretoria em conjunto, devendo especificar os poderes e alcadas conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou procedimentos administrativos adotados perante autoridade pública ou autarquia competente, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. **Capítulo IV – Das Assembleias Gerais.** **Artigo 14.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano e, extraordinariamente quando necessário, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações. **Artigo 15.** As Assembleias Gerais poderão ser convocadas por qualquer membro da Diretoria, agindo isoladamente (com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e apresentação dos documentos pertinentes) e poderá ser instalada e presidida por um dos membros da Diretoria ou, na ausência, por terceiro escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da Assembleia caberá a escolha de um secretário. **Parágrafo Único.** Além das demais competências atribuídas à Assembleia Geral em lei e neste Estatuto Social, competirá também à Assembleia Geral apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** aumento ou redução do capital social da Companhia e resgate de ações da Companhia e/ou de suas subsidiárias; **(ii)** emissão de valores mobiliários pela Companhia, incluindo, mas não se limitando, a emissão de debêntures conversíveis e/ou de bônus de subscrição de Ações ou qualquer outro instrumento conversível em ou cujo exercício implique no recebimento de ações, resgate e amortização de ações; **(iii)** aprovação de planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados e às pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de afiliadas e subsidiárias; **(iv)** criação de nova classe de ações de emissão da Companhia, alterações nos direitos das classes de ações existentes e decisão sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; **(v)** concessão ou assunção de empréstimo ou prestação de garantias, pela Companhia ou por suas subsidiárias, em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em uma ou mais transações ocorridas dentro de 12 (doze) meses; **(vi)** transferência de ações, transformação, fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações e quaisquer outras formas de reestruturação societária, dissolução, liquidação ou a cessação do estado de liquidação, requerimento de recuperação judicial e extrajudicial ou autofalência da Companhia, incluindo a eleição do liquidante e aprovação de suas contas, ou alienação de participação societária detida pela Companhia em suas subsidiárias ou de ativos relativos detidos pela Companhia ou por suas subsidiárias; **(vii)** aprovação anual das contas apresentadas pelos administradores da Companhia e deliberação sobre as demonstrações financeiras da Companhia; **(viii)** eleição e destituição da Diretoria da Companhia, na forma prevista neste Estatuto Social; **(ix)** indicação e destituição dos auditores independentes da Companhia; **(x)** fixação da remuneração global e plano de remuneração da Diretoria da Companhia; **(xi)** operações envolvendo, de um lado, a Companhia ou suas subsidiárias e, de outro, os acionistas ou quaisquer outras sociedades em que os acionistas detenham participação no capital social superior ou igual a 5% (cinco por cento), direta ou indiretamente, incluindo seus respectivos acionistas e subsidiárias, diretos ou indiretos, quando aplicável, ou seus cônjuges e parentes de 1º (primeiro) ou 2º (segundo) grau, quaisquer administradores da Companhia ou de suas subsidiárias ou seus cônjuges de pais, de tais pessoas, exceto sociedades que sejam investidas, direta ou indiretamente, pelas entidades (e suas subsidiárias) que indiretamente investem na Companhia; **(xii)** aprovação da política de dividendos; **(xiii)** destinação dos lucros da Companhia, distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio em desconformidade com a política de dividendos; **(xiv)** aprovação e/ou alteração material do orçamento anual da Companhia, que deverá abranger todos os seus negócios e de suas controladas; **(xv)** realização de investimento/despesas de capital (CAPEX) anuais, de forma unitária ou agregada, pela Companhia ou suas subsidiárias, não previsto no orçamento anual ou em valor acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em uma ou mais transações ocorridas dentro de 12 (doze) meses da Companhia e suas subsidiárias; **(xvi)** venda, arrendamento, aluguel, abandono, cessão, transferência, licença ou outra forma de disposição pela Companhia e/ou por suas subsidiárias de carteira de clientes, plataforma de tecnologia ou de quaisquer direitos de propriedade intelectual detidos pela Companhia e/ou por suas subsidiárias que tenha um efeito material adverso nas atividades da Companhia e/ou de suas subsidiárias; **(xvii)** renúncia de quaisquer direitos relevantes da Companhia e/ou das suas subsidiárias, bem como renúncia, perdão, composição ou liquidação de direitos ou obrigações envolvendo valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), incluindo em relação a qualquer ação, arbitragem ou processo da Companhia e/ou de suas subsidiárias perante qualquer pessoa ou autoridade governamental; e **(xviii)** ajustamento de ações judiciais, arbitrais ou processos administrativos envolvendo um valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). **Capítulo V – Do Conselho Fiscal.** **Artigo 16.** O Conselho Fiscal terá o seu funcionamento não permanente, sendo instalado a pedido de acionistas, dentro do que preceitua o artigo 161 da Lei das S.A., conforme alterada. **Artigo 17.** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, a qual fixará sua remuneração. **Capítulo VI – Da Ouvidoria.** **Artigo 18.** A Companhia terá uma Ouvidoria, composta por um Ouvidor nomeado pela Diretoria, com mandato de 12 meses, permitida a renomeação. **Parágrafo Primeiro.** Os critérios para nomeação do Ouvidor serão baseados em conduta ilibada, conhecimento dos produtos e serviços comercializados pela sociedade, aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos e à devida certificação em ouvidoria obtida perante entidade de reconhecida capacidade técnica. **Parágrafo Segundo.** A destituição do Ouvidor poderá ocorrer por manifestação própria ou por decisão da Diretoria da Companhia, em decorrência da perda de vínculo funcional com a Companhia, alteração de função dentro da Companhia ou

continua ...



... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/03/2025 da Dock Instituição de Pagamento S.A.

nhia, conduta ética incompatível com a função, desempenho insatisfatório de suas atribuições, ou eventuais práticas e condutas que justifiquem a destituição. **Artigo 19.** A Ouvidoria terá como finalidade: **(i)** Prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Companhia; e **(ii)** Atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. **Artigo 20.** As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades: **(i)** Atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; **(ii)** Prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; **(iii)** Encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior; e **(iv)** Manter a Diretoria da Companhia, informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Companhia para solucioná-los. **Artigo 21.** A Ouvidoria contará com condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, sendo assegurado o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades, no cumprimento de suas atribuições. **Capítulo VII – Do Exercício Social, Balanços, Lucros e sua Aplicação. Artigo 22.** O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 23.** O balanço, obediente a todas as prescrições legais e sem prejuízo de demais demonstrações financeiras aplicáveis à Companhia conforme normativas, será levantado em 31 de dezembro de cada ano. A critério da Diretoria, a Companhia poderá levantar balanços intercalares, no último dia útil de cada mês. **Artigo 24.** Do lucro líquido apurado em cada balanço, serão destinados: **(i)** 5% para a constituição do fundo de reserva legal, até que este alcance 20% do capital social; **(ii)** uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos da política de dividendos da Companhia; e **(iii)** o saldo, se houver, terá a aplicação conforme estabelecido pela Assembleia Geral (observados os acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia). **Parágrafo Primeiro.** O valor dos juros pagos ou creditados, a título de capital próprio nos termos do art. 9º, § 7º da Lei nº 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao valor do dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais. **Parágrafo Segundo.** Os prejuízos ou parte deles poderão ser absorvidos pelos acionistas, mediante rateio, a ser atribuído a cada ação em que se divide o capital social, após a absorção dos saldos existentes em lucros acumulados, reservas de lucros e reservas de capital, nesta ordem. **Parágrafo Terceiro.** Os dividendos distribuídos, seja

por deliberação da assembleia geral ou por decisão do Conselho de Administração (no caso dos intermediários ou intercalares), poderão ser pagos a título de juros sobre capital próprio. **Artigo 25.** O dividendo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria o julgar incompatível com a situação financeira da Companhia, podendo a Diretoria propor à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. A Assembleia Geral poderá, também, se não houver oposição de nenhum acionista presente, deliberar distribuição de dividendos inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro. **Artigo 26.** O prazo para pagamento do dividendo será estipulado pela Assembleia Geral Ordinária que o aprovou, de acordo com as disponibilidades financeiras da Companhia, justificadas pela Diretoria, porém, não ultrapassando o exercício. **Artigo 27.** A Assembleia Geral poderá levantar balanço semestral, trimestral e/ou mensal e terá poderes para determinar a distribuição de lucros e/ou dividendos intermediários ou intercalares e juros sobre o capital próprio (Lei nº 9.249/95) decorrentes dos referidos balanços, dentro dos limites legais e “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas que aprovar as contas daquele exercício social. **Artigo 28.** Os acionistas detentores de ações preferenciais farão jus a prioridade no reembolso de capital. Adicionalmente, nos termos do artigo 17, § 2º, da Lei das S.A., as ações preferenciais de emissão da Companhia farão jus à prioridade na declaração, distribuição e pagamento de proventos aos acionistas, incluindo dividendos e juros sobre capital próprio, calculados conforme previsto na política de dividendos da Companhia. **Capítulo VIII – Acordos de Acionistas. Artigo 29.** A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede social, cabendo à administração da Companhia se abster de registrar onerações ou transferências de ações e outros valores mobiliários que forem contrárias aos respectivos termos. No mesmo sentido, é vedado aos integrantes da mesa diretora das Assembleias Gerais e da Diretoria computar os votos proferidos em desacordo ao estabelecido em tais acordos. **Capítulo IX – Lei Aplicável e Resolução de Conflitos. Artigo 30.** Este Estatuto Social será interpretado e regido em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 31.** Quaisquer litígios, reivindicações ou controvérsias resultantes deste Estatuto Social, os acionistas e a companhia se obrigam a negociar e discutir de boa-fé tais litígios, reivindicações ou controvérsias pelo prazo de 30 (trinta) dias, por meio de mediação, conduzida por órgão de mediação profissional. Caso o processo de mediação não resolva definitivamente os litígios, reivindicações ou controvérsias em questão, os acionistas e a companhia acordam que tais os litígios, reivindicações ou controvérsias resultantes deste Estatuto Social, incluindo quaisquer questões relacionadas à existência, validade, eficácia ou adimplemento contratual deverão ser, obrigatória, exclusiva e definitivamente, submetidas e decididas por arbitragem a ser administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá – CAM.CCBC (“*Câmara de Arbitragem*”). A arbitragem será instituída e processada de acordo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem (“*Regulamento de Arbitragem*”) e em observância à Lei nº 9.307/1996 (“*Lei de Arbitragem*”). O Tribunal Arbitral não recorrerá a regras de equidade para solucionar as controvérsias a ele apresentadas. **Parágrafo Primeiro.** O tribunal arbitral (“*Tribunal Arbitral*”) será constituído por 3 (três) árbitros, sendo 1 (um) deles indicado pela(s) requerente(s) e outro indicado pelo(s) requerido(s), nos termos do Regulamento de Arbitragem. O terceiro, que será o presidente do Tribunal Arbitral, será indicado pelos 2 (dois) árbitros escolhidos pelas partes da arbitragem, no prazo de 15 (quinze) dias da nomeação do

último árbitro. Caso as partes da arbitragem não indiquem seus respectivos árbitros no prazo estipulado pela Câmara de Arbitragem ou caso o presidente do Tribunal Arbitral não seja indicado pelos co-árbitros no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da nomeação do segundo árbitro, caberá ao Presidente da Câmara de Arbitragem nomear os árbitros faltantes nos termos do Regulamento de Arbitragem. Na hipótese de haver múltiplas partes com interesses distintos entre si que não podem se compor como grupos requerentes e/ou requeridos, os 03 (três) árbitros serão indicados pelo Presidente da Câmara de Arbitragem, na forma do Regulamento de Arbitragem. **Parágrafo Segundo.** Além dos impedimentos estabelecidos no Regulamento de Arbitragem e na Lei de Arbitragem, nenhum membro do Tribunal Arbitral poderá ser empregado, representante, consultor ou prestador de serviços (nem ex-empregado, ex-representante, ex-consultor ou ex-prestador de serviços) de uma parte da arbitragem ou de quaisquer de suas partes relacionadas. **Parágrafo Terceiro.** A arbitragem terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde será proferida a sentença arbitral. **Parágrafo Quarto.** O idioma oficial para todos os atos da arbitragem ora conveniada será o português. **Parágrafo Quinto.** A arbitragem deverá ser mantida em sigilo e confidencial e seus elementos (incluindo-se as alegações das partes, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do procedimento arbitral) somente serão revelados ao Tribunal Arbitral, às partes da arbitragem, aos seus advogados e a qualquer pessoa necessária ao desenvolvimento da arbitragem, exceto se a divulgação for exigida para cumprimento das obrigações impostas por lei ou por qualquer autoridade reguladora. **Parágrafo Sexto.** A sentença arbitral será definitiva, irrecorrível e vinculará as partes da arbitragem, seus sucessores e cessionários, que se comprometem a cumpri-la espontaneamente. **Parágrafo Sétimo.** As partes da arbitragem poderão pleitear medidas cautelares e de urgência ao Poder Judiciário antes da constituição do Tribunal Arbitral. A partir de sua constituição, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao Tribunal Arbitral, que poderá manter, revogar ou modificar tais medidas anteriormente requeridas ao Poder Judiciário. **Parágrafo Oitavo.** Medidas cautelares e de urgência, quando aplicáveis, e as ações de execução, inclusive de qualquer decisão ou sentença arbitral, seja ela parcial ou final, poderão ser pleiteadas na comarca onde estejam o domicílio ou os bens de qualquer das partes da arbitragem ou na comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. Para outras medidas judiciais autorizadas pela Lei de Arbitragem, as Partes elegem o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo com a exclusão de qualquer outro foro de natureza judicial. O requerimento de qualquer destas medidas judiciais não será considerado uma renúncia aos direitos previstos neste Artigo ou à arbitragem como o único método de solução de controvérsias. **Parágrafo Nono.** Antes da assinatura do termo de arbitragem, a Câmara de Arbitragem poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos nos termos do Regulamento de Arbitragem. Após a assinatura do termo de arbitragem, o Tribunal Arbitral poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos fundados neste ou em qualquer outro instrumento firmado entre as Partes, desde que tais procedimentos digam respeito à mesma relação jurídica e as cláusulas compromissórias sejam compatíveis. A competência para consolidação será do primeiro Tribunal Arbitral constituído, e sua decisão será vinculante a todas as partes. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 133.758/25-4 em 15/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Sustentare Saneamento S.A.

CNPJ/MF nº 17.851.447/0001-77

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração da Sustentare Saneamento S.A., referente ao exercício de 2024, em conformidade com as exigências legais e regulatórias vigentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas contábeis aplicáveis, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Em 2024, tanto a economia global quanto a brasileira enfrentaram desafios significativos, como a inflação persistente, taxas de juros elevadas e volatilidade cambial, que marcaram o cenário econômico do último semestre do ano. Apesar dessas incertezas, a Sustentare manteve sua trajetória de crescimento, consolidando-se como uma das principais referências no mercado de gestão integrada de resíduos no Brasil. Apresentamos resultados sólidos, baseados em uma gestão inovadora e eficiente, estabelecendo uma base de negócios que potencializa nosso desempenho futuro. Nossa estratégia de crescimento é sustentada por pilares fundamentais, como a excelência dos serviços prestados, eficiência operacional e desenvolvimento de tecnologias que garantem resultados consistentes. Em 2024, os Ativos Totais cresceram 6% em relação ao ano anterior, alcançando R\$ 590 milhões. O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 304 milhões, e as Receitas Totais somaram R\$ 676 milhões, com um aumento de 10% em relação ao exercício anterior. O EBITDA da companhia foi de R\$ 83 milhões, representando 14% da receita líquida. Em 2024, solidificando nossa posição vinculada a expansão dos negócios de tratamento de resíduos sólidos, destacamos os investimentos no Aterro de Juazeiro do Norte/CE, que representa uma solução adequada para a destinação de resíduos gerados em uma região com cerca de 1,4 milhão de habitantes. A unidade iniciou operações no primeiro semestre de 2024 e projeta um grande potencial de ampliação regional para 2025. Formalizamos também um contrato para o manejo de resíduos sólidos do Consórcio CORES – Cariri Oriental, que inclui os municípios de Abaíara, Aurora, Barro, Brejo, Santo, Jati, Mauriti, Penaforte e Porteras, sendo o Aterro de Juazeiro do Norte/CE o destino final dos resíduos gerados pelo consórcio de municípios. Em 2025, planejamos ampliar nossos ingressos por meio

de receitas complementares, que consideramos essenciais dentro da nossa estratégia de gestão de ativos regionais, como a exploração de biogás e biometano, geração de energia elétrica e obtenção de créditos de carbono. Em parceria com o Grupo Urca Energia, estamos convertendo o biogás do Aterro de Feira de Santana/BA em energia elétrica e biometano, com a operação da nova Usina Termoeletrica prevista para o primeiro semestre de 2025. Firmamos contrato com a empresa de consultoria Unicarbo, para o gerenciamento da emissão dos certificados de crédito de carbono. Adicionalmente, destacamos a sanção da lei do combustível do futuro (Lei 14.993/24), que incentiva o uso de biocombustíveis e combustíveis sustentáveis e, consequentemente, gera uma oportunidade que estamos prontos para assumir nos próximos anos. No final de 2024, ampliamos nossa participação de mercado no estado de Rio Grande do Sul com a obtenção de um contrato de logística ambiental na cidade de Rio Grande, cidade do litoral sul do Estado com cerca de 200.000 habitantes. Considerando que já contamos com uma operação consolidada na Cidade de Santa Maria, prevemos potencial para uma ampliação regional no ano de 2025. Reforçamos nosso compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento humano organizacional, alinhando nossas ações às diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, através das campanhas e programas internos de desenvolvimento e da valorização não apenas dos colaboradores, como também da sociedade do entorno. Para instrumentalizar adequadamente os projetos, criamos a Associação Instituto Sustentare, dedicada exclusivamente à administração dos recursos provenientes da Sustentare Saneamento, com o propósito específico de executar os projetos sociais elaborados pelas unidades operacionais e aprovados pela direção. Como forma de demonstração dos resultados obtidos e do nosso compromisso como empresa, destacamos as seguintes atividades:

- Programa de desenvolvimento educacional para os colaboradores da empresa através do EJA – Educação para Jovens e Adultos;
- Escola Sustentável apoiando a formação socioambiental para as comunidades do entorno que corrobora para o desenvolvimento da consciência coletiva e o descarte ecologicamente correto de resíduos;
- Parceria com universidades e instituições de ensino local;
- Criação do programa de Combate ao Assédio Moral e Sexual no trabalho em complemento as normas de conduta definidas no Código de Ética e Conduta;
- Desenvolvimento de Líderes através de Treinamentos e Programa de Mentoria Individual;
- Atendimento, orientação e acolhimento social para mais de 1.300 colaboradores;
- Apoio e incentivo social para diversas instituições locais tais como: Fundação Abring, ABADS, Chácara Alternativa, Creche Vovó Marta, Projeto Florescer, dentre muitas outras;
- Acolhimento e adoção responsáveis de animais abandonados;
- Implementação de planos de ajuda social, com distribuição de cestas básicas, nas comunidades carentes das cidades onde atuamos;
- Participação de eventos com foco no fortalecimento da Diversidade e Inclusão;
- Campanhas Internas de Saúde e Bem-estar fortalecendo os temas relacionados a abril Verde, agosto Lilás, setembro Amarelo, outubro Rosa, novembro Azul e dezembro Vermelho, além de outras campanhas que focam na saúde dos colaboradores como: Ame Seus Olhos com exames gratuitos de visão etc.;
- Programa de atenção ao uso de álcool e outras drogas. Acreditamos que 2025 será um ano de ampliação do faturamento dos ativos vinculados ao tratamento de resíduos, mantendo nossa tendência de crescimento. Continuaremos a focar na eficiência operacional, preservação ambiental e valorização do bem-estar social. A administração reafirma seu compromisso em construir a Sustentare do Futuro: uma organização voltada para as pessoas, líder no gerenciamento sustentável e proteção ao meio ambiente, um modelo a ser seguido, em razão da excelência dos serviços que presta. Agradecemos aos Colaboradores, Fornecedores e Parceiros que, em 2024, ajudaram a fortalecer a Sustentare, contribuindo para a criação de melhores oportunidades nas comunidades onde atuamos. A todos, nosso reconhecimento,

Adilson Alves Martins – Presidente

Marcelo Duarte de Oliveira – Diretor

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

Balanço Patrimonial				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido									
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucro do Exercício	Ajuste de Avaliação patrimonial	Total
Circulante		341.203.933	335.762.359	Circulante		155.389.187	115.773.513						
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.754.746	31.841.271	Empréstimos e financiamentos	14	71.295.029	42.170.610	Saldos em 31 de dezembro de 2022	173.702.860	5.158.924	69.577.296	11.700.327	260.139.407
Contas a receber	5	148.944.076	127.221.283	Fornecedores	15	14.608.748	8.450.056	Transferência para Reserva Legal	–	1.446.388	–	–	–
Clientes Performados Judicial	6	92.103.087	92.057.494	Obrigações Fiscais e sociais	16	17.752.288	7.979.211	Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	2.400.888	2.400.888
Outras contas a receber	7	34.436.834	33.714.529	Obrigações com pessoal	17	36.808.981	34.730.104	Lucro (Prejuízo) líquido do período	–	–	33.495.034	–	33.495.034
Valores a receber de consórcios	8	20.389.151	11.206.210	IRPJ e Contribuição social	–	337.794	10.766.382	Transferência para reserva de lucros	–	–	33.495.034	–	–
Impostos a recuperar	9	44.076	266.135	Parcelamento de tributos	18	9.034.986	8.451.045	Saldos em 31 de dezembro de 2023	173.702.860	6.605.312	101.625.942	14.101.215	296.035.329
Partes relacionadas	10	15.306.167	34.148.683	Outras contas a pagar	–	33.498	9.150	Transferência para Reserva Legal	–	1.674.752	–	–	–
Estoques	–	2.888.941	2.774.205	Provisões de despesas	–	5.517.863	3.216.955	Distribuição de dividendos	–	–	(14.833.333)	–	(14.833.333)
Despesas antecipadas	–	2.336.855	2.532.549	Não Circulante		130.516.863	144.902.627	Lucro (Prejuízo) líquido do período	–	–	23.458.018	–	23.458.018
				Exigível a longo prazo		130.516.863	144.902.627	Transferência para reserva de lucros	–	–	23.458.018	–	–
Não Circulante		249.362.131	220.949.110	Empréstimos e financiamentos	14	88.677.517	97.017.859	Saldos em 31 de dezembro de 2024	173.702.860	8.280.064	108.575.875	14.101.215	304.660.014
Realizável a longo prazo		170.397.386	127.309.130	Parcelamento de tributos	18	15.140.580	21.491.386						
Clientes Performados Judicial	6	115.879.975	83.550.686	Impostos diferidos	19	22.137.814	21.965.273						
Depósitos para garantia	–	169.485	147.484	Provisão para contingências	20	4.560.952	4.288.109						
Depósitos para recursos	–	1.441.011	1.201.150	Patrimônio Líquido		304.660.014	296.035.329	Receita Operacional Bruta					
Propriedade para investimentos	11	52.906.915	42.409.810	Capital social	21	173.702.860	173.702.860	Receita de serviços prestados	676.103.062	614.064.635			
Investimentos	12	48.818.732	48.707.909	Reserva legal	–	8.280.064	6.605.312	Impostos incidentes sobre os serviços	(92.901.192)	(84.696.389)			
Imobilizado	13	30.144.558	44.924.069	Ajuste de avaliação patrimonial	22	14.101.215	14.101.215	Receita Operacional Líquida	583.201.870	529.368.247			
Intangível	13	1.455	8.001	Reserva de lucros	–	108.575.875	101.625.942	Custo dos serviços prestados	(464.933.211)	(417.635.988)			
Total do Ativo		590.566.064	556.711.469	Total do Passivo		590.566.064	556.711.469	Lucro Bruto	118.268.659	111.732.259			

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional – A Companhia, constituída e organizada sob a forma de Sociedade Anônima, nos Termos da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07, opera sob a denominação social de **Sustentare Saneamento S.A.**, e tem sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro Antônio Jovino nº 220, 6º andar, conj. 64 – CEP 05727-200, podendo criar, instalar, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, representações ou escritórios onde e quando for julgado necessário por sua Diretoria, em qualquer local do território nacional ou exterior. A Companhia tem por objeto a execução de obras e serviços relativos aos sistemas de limpeza pública e privada, saneamento ambiental, inclusive construção pertinente a tais objetivos, no território nacional ou no exterior, tendo como compromisso precípua a proteção, preservação e a melhoria constante do meio ambiente, para entidades públicas e privadas, sob regime de contratação, de permissão, de autorização ou de concessão. **Ações da administração no exercício:** A companhia em seu programa de compliance tem como seu principal objetivo tornar claros os seus princípios éticos, valores e a conduta esperada dos seus profissionais, no exercício das atividades, para que todos possam compreendê-los, respeitá-los e praticá-los. Acreditamos que um processo de crescimento sustentável depende de uma atuação pautada na honestidade, integridade, eficiência e responsabilidade de todos os profissionais que trabalham na nossa empresa, ao interagirem entre si, com clientes, investidores, fornecedores e autoridades do governo, assim como com qualquer outra entidade ou indivíduo.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e nas normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da sociedade estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas omitindo-se os centavos. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3. Resumo das principais práticas contábeis – 3.1. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos: A sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Sociedade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do

resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação o seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Sociedade. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso a Sociedade tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por aplicações financeiras de longo prazo. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Os investimentos da Sociedade em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. **Passivos financeiros não derivativos:** A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Sociedade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar. Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Sociedade são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa. **3.2. Propriedade para Investimentos em Aterros Sanitários:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. **3.3. Investimentos em controladas:** O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2)/ IAS 28

...continua

10. Partes relacionadas

	2024	2023
Qualix Serviços Ambientais S.A.	-	11.743.888
Moderna Ambiental S.A.	1.893.021	1.808.635
Solidez Assessoria Empresarial Ltda	8.779.956	5.762.829
Alvor Participações Ltda.	4.633.190	14.833.333
	15.306.167	34.148.685

Representam operações de empréstimos efetuados a empresas relacionadas, devidamente lastreadas por contratos de mútuo. Estão demonstrados pelos valores concedidos, acrescidos dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço, cujas taxas correspondem às usuais de mercado.

11. Propriedade para investimento em Aterros Sanitários – Com o objetivo de apresentar de forma transparente a rubrica de Ativos Realizáveis a Longo Prazo, no decorrer do exercício de 2022 a administração decidiu reclassificar parte de seus imóveis vinculados com projetos de

13. Imobilizado e intangível

	Custo Inicial	Adições	Baixas	Depreciação/Amortização	Custo Final
Edifícios (a)	10.566	130.000	(129.986)	(10.579)	-
Máquinas e equipamentos	16.906.750	505.746	(2.243)	(7.140.189)	10.270.065
Veículos em geral	22.948.193	3.735.001	(24.423)	(12.567.846)	14.090.923
Outros bens	5.058.561	1.495.135	-	(770.127)	5.783.570
Total do imobilizado	44.924.069	5.865.882	(156.652)	(20.488.741)	30.144.558
Softwares	8.001	-	-	(6.546)	1.455
Total do intangível	8.001	-	-	(6.546)	1.455

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, no exercício de 2022 a administração da sociedade reclassificou os ativos relacionados à imóveis (terrenos e edificações) para a conta de Propriedades para Investimentos em Aterros Sanitários.

14. Empréstimos e financiamentos – Os montantes de curto e longo prazos têm a seguinte composição:

Modalidade	2024				2023			
	Amortização	Vencimento Final	Garantias		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos	Mensal	2028	Aval		59.095.335	77.465.502	28.226.519	76.311.450
Capital de Giro					59.095.335	77.465.502	28.226.519	76.311.450
Financiamentos								
FINAME	Mensal	2026	Alien. Fiduciária	2.920.664	1.454.995	4.587.814	2.226.787	
CDC	Mensal	2028	Alien. Fiduciária	9.279.030	9.757.020	9.536.277	18.479.621	
				12.199.694	11.212.015	13.944.091	20.706.408	
Total de empréstimos e financiamentos				21.295.029	88.677.517	42.170.610	97.017.859	

Sustentare Saneamento S.A.

15. Fornecedores – Representa os saldos a pagar na data de encerramento das demonstrações financeiras aos fornecedores de serviços e materiais aplicados na consecução das atividades operacionais da Sociedade.

	2024	2023
Cofins a recolher	8.972.888	436.768
Pis a recolher	1.618.523	-
IRRF sobre salários	1.283.798	1.534.358
FGTs a recolher	1.656.840	1.515.087
ISS a recolher	2.532.172	1.793.484
Outros Impostos a Recolher	1.688.067	2.699.334
Total de obrigações fiscais e sociais	17.752.288	7.979.211
17. Obrigações com pessoal	2024	2023
Salários a pagar	11.739.288	10.192.576
Provisão para férias e encargos	24.844.524	24.340.069
Outras obrigações com pessoal	225.169	197.459
Total de obrigações com pessoal	36.808.981	34.730.104
18. Parcelamentos de tributos		
	Circulante	Não Circulante
	2024	2023
FGTS	37.801	110.709
INSS	77.284	870.090
RF – PERT	4.532.274	3.886.494
RF – Simplificado	4.143.945	3.465.446
Demais Parc.	243.682	118.306
	142.148	266.186
Total de Parcelamentos	9.034.986	8.451.045
19. Impostos diferidos	15.140.580	21.491.386

19. Impostos diferidos – Representa o Imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre as exclusões temporárias do lucro contábil. As mencionadas exclusões provêm das receitas não recebidas, em seu vencimento, de órgãos governamentais (Prefeituras). Adicionalmente, conforme notas explicativas nº11 – Propriedade para Investimentos e nº 22 – Ajuste de avaliação patrimonial, estão incluídos na rubrica de Impostos diferidos os tributos incidentes sobre os ajustes a valor just decorrentes de avaliação patrimonial de imóveis preparada por empresa independente contratada.

Tributos sobre receitas diferidas

	2024	2023
Tributos diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	14.946.279	14.773.738
	7.191.535	7.191.535
Total de tributos diferidos	22.137.814	21.965.273
20. Provisão para contingências – A Sociedade apura e apropria as contingências existentes na data de seu balanço consideradas juridicamente como “prováveis”, para fazer face às perdas estimadas por seus advogados. As contingências passivas, cujos assessores jurídicos da sociedade entendem ser de risco provável montam em:		
	2024	2023
Contingências Tributárias	4.184.266	4.184.262
Contingências Cíveis e Trabalhistas	376.686	243.843
Total de Provisão para Contingências	4.560.952	4.428.109
A Sociedade também está envolvida em outros processos trabalhistas e cíveis cujos assessores jurídicos entendem que a possibilidade de perda é possível, dessa forma não foram apropriados contabilmente.		
21. Capital social – O Capital Social integralizado é composto por 173.702.860 ações ordinárias, nominativas emitidas pelo valor de R\$1,00 por ação.		
22. Ajuste de avaliação patrimonial – No exercício de 2022 foram transferidos bens imóveis para a conta de Propriedade para investimentos (nota explicativa nº 11). Ao final do exercício, através de laudos de avaliação patrimonial emitidos por empresa independente, foram registrados ajustes de avaliação patrimonial com o propósito de apresentação dos bens aos seus valores justos.		
	2024	2023
Ajuste de avaliação patrimonial	21.292.750	21.292.750
Impostos diferidos	(7.191.535)	(7.191.535)
Ajuste de avaliação patrimonial	14.101.215	14.101.215

Diretoria

Adilson Alves Martins – Presidente
Marcelo Duarte de Oliveira – Diretor

Contadora

Marlene Maria Teixeira de Oliveira
CRC 1SP 199702/O-3

Aos Acionistas e Administradores: Sustentare Saneamento S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sustentare Saneamento S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sustentare Saneamento S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Bessa para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião **Enfase – Valor de realização de contas a receber:** Chamamos a atenção que no exercício de 2024 a Sociedade manteve registrados créditos provenientes de prestação de serviços realizados em exercícios anteriores (Clientes performados judicial), objetos de cobrança judicial, no valor total de R\$ 207.983 mil em 2023), que, de acordo com seus assessores jurídicos, tem alto grau de realização. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Enfase – Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Chamamos a atenção para o fato que as contas a receber de clientes e os créditos mencionados no parágrafo de enfase acima, são, em sua maioria, compostos por valores vencidos e não recebidos em suas respectivas datas de vencimento. A administração optou por constituir provisão para perdas no recebimento desses créditos no valor de R\$ 15.670 mil (R\$ 15.500 mil em 2023), por entender que o referido montante seja suficiente para refletir as possíveis perdas futuras. Nossa opinião não está modificada por esse assunto. **Enfase – Partes relacionadas** A Sociedade mantém registrados no Ativo Circulante, os valores dos créditos provenientes de operações de mútuo com empresas coligadas, de acordo com a expectativa de realização dentro do próximo exercício. Nossa opinião não está modificada por esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do pro-

cesso de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para

as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2025.

Triade Auditores Independentes

CRC ZSP 015.090/O-5

Sergio de Andrade Behrend

Sócio Diretor – CRC 1SP 197.708/O-8

Publique no Data Mercantil!



Iluminação Paulistana SPE Ltda.

CNPJ/MF : 29.851.606/0001-12 - NIRE : 35.235.194.530

2ª Alteração do Contrato Social e Assembleia de

Transformação de Sociedade Limitada em Sociedade por Ações

Pelo presente instrumento particular: **FM Rodrigues & Cia Ltda.**, sociedade existente e constituída em conformidade com as leis do Brasil, com sede na Rua Hungria, nº 888, 1º Andar - Conjunto 11, Edifício Plantar, Jardim Europa, CEP:01455-905, na cidade de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.893.226/0001-95, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.201.198.265, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social, por seu Sócio-Gerente o Sr. **Marcelo Souza de Camargo Rodrigues**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.442.234-9 SSP/SP, e CPF sob o nº 148.259.988-01, residente e domiciliado à Rua Hungria, 888, 1º Andar, Edifício Plantar, Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP: 01455-905, e; **CLD Construtora Laços Detetores e Eletrônica Ltda.**, sociedade existente e constituída em conformidade com as leis do Brasil, com sede na Avenida Imperatriz Leopoldina nº 240, Jardim Novo Petrópolis, CEP: 09770-271, na cidade de São Bernardo do Campo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.996.615/0001-01, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob a NIRE nº 35.203.690.566, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social, pelo Sr. **Labib Faour Auad**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade R.G. nº 7.388.119-3 SSP/SP e CPF nº 669.733.928-49, domiciliado na Rua Simone Martini nº 300, Jardim Itapema, CEP: 03573-170, na cidade de São Paulo/SP; Sócios representando a totalidade do capital social da **Iluminação Paulistana SPE Ltda.**, sociedade empresária com sede na Rua Hungria, 888, 1º andar, Sala 5, Edifício Plantar, Jardim Europa, CEP: 01455-905, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.851.606/0001-12, com contrato social arquivado perante JUCESP sob o NIRE 35.235.194.530 ("Sociedade"), resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, deliberar o que segue: I. Da Integralização do Capital Social - 1.1. Os sócios informam que o capital social da Sociedade, subscrito até o momento, correspondente a R\$ 40.010.000,00 (quarenta milhões e dez mil reais), divido em 40.010.000 (quarenta milhões e dez mil) quotas, foi devidamente integralizado em moeda corrente nacional. **II: Transformação em Sociedade Por Ações - 2.1.** Para melhor atender aos interesses sociais e em atenção ao edital de concorrência nº 01/SES/2015 e subsequente contrato de concessão administrativa, as sócias deliberam transformar o tipo jurídico da Sociedade, de sociedade empresária limitada para o de sociedade por ações, regida pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada, com a consequente transformação de seu Contrato Social em Estatuto Social, igualmente aprovado, transcrito abaixo (Anexo I), de forma a cumprir as exigências legais pertinentes ao novo tipo societário. **2.2.** A Sociedade passa a ter a denominação de **Iluminação Paulistana SPE S.A.** e seu capital social passa a ser de **R\$40.010.000,00 (quarenta milhões e dez mil reais)**, dividido em **40.010.000 (quarenta milhões e dez mil)** ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. **2.3.** Inexistindo quaisquer impedimentos legais e satisfeitos todos os requisitos da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a Sociedade manterá a mesma estrutura e integridade, operando com os mesmos ativos e passivos, mantendo a mesma escrituração, atendidas as exigências legais de natureza fiscal e contábil, não sofrendo qualquer solução de continuidade em seus negócios, sendo garantidos os direitos dos credores, situação essa que os acionistas reconhecem e aprovam, sem quaisquer restrições. **2.4.** Os acionistas igualmente aprovam o Estatuto Social da Sociedade, na forma abaixo transcrita no Anexo I, parte integrante da presente. **III: Eleição dos Diretores - 3.1.** Em seguida, foram convertidos os mandatos dos administradores em diretores sem designação específica por unanimidade dos votos, a saber: Sr. **Marcelo Souza de Camargo Rodrigues**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.442.234-9 SSP/SP, CPF sob o nº 148.259.988-01, residente e domiciliado à Rua Hungria, 888, 1º Andar, Edifício Plantar, Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP: 01455-905, e; Sr. **Labib Faour Auad**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade R.G. nº 7.388.119-3 SSP/SP e CPF nº 669.733.928-49, domiciliado na Rua Simone Martini nº 300, Jardim Itapema, CEP: 03573-170, na cidade de São Paulo/SP, para exercerem o mandato de 03 (três) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício de 2021. Os Diretores farão jus ao recebimento de remuneração pelo exercício do cargo em montante a ser estabelecido mediante deliberação dos Sócios e que será levada à conta de despesas gerais da Sociedade. **3.2.** Os Diretores, presentes a esta Assembleia, aceitaram as respectivas nomeações, tomaram posse imediata mediante assinatura dos Termos de Posse no livro de atas da diretoria e ora anexos à presente ata (Anexos I e II), e declararam, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no Parágrafo 1º do artigo 147 da Lei no 6.404/76; (ii) atendem ao requisito de reputação ilibada, estabelecido pelo Parágrafo 3º do artigo 147 da Lei no 6.404/76; e (iii) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não têm, nem representam, interesses conflitantes com os da companhia, na forma do artigo 147 da Lei no 6.404/76, não estando incurso em qualquer restrição legal, inclusive criminal, que os impeça de exercer atividades mercantis. **IV: Disposições Finais - 3.1.** Os acionistas deliberam não instalar o Conselho Fiscal. **3.2.** A seguir, a Assembleia autorizou a nova Diretoria a realizar todos os atos complementares do registro e publicidade dos atos da Sociedade por Ações, bem como a tomar, com os mais amplos poderes, todas as providências que se tornarem necessárias para o cabal cumprimento do que ora ficou resolvido e do mais que seja determinado pelas leis que regem a matéria. **3.3.** E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas. São Paulo, 09 de março de 2018. **Acionistas: FM Rodrigues & Cia Ltda.** - **Marcelo Souza de Camargo Rodrigues**; **CLD Construtora Laços Detetores e Eletrônica Ltda.** - **Labib Faour Auad.** **Diretores:** **Marcelo Souza de Camargo Rodrigues**; **Labib Faour Auad.** **Testemunhas:** **Williams Barboza da Silva** - RG: 28.516.934-8 SSP/SP; **Helena Noriko Fukuya** - RG: 11.337.494-X SSP/SP. **Estatuto Social da Iluminação Paulistana SPE S/A - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objetivo e Duração - Artigo 1º - Iluminação Paulistana SPE S/A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege por este Estatuto e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A companhia tem sede e foro com sede na Rua Hungria, 888, 1º Andar, Sala 5, Edifício Plantar, Jardim Europa, CEP: 01455-905, na cidade de

São Paulo, Estado de São Paulo, podendo criar, instalar e encerrar filiais, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, onde for de seu interesse, mediante proposta da Diretoria. **Artigo 3º** - A Companhia é uma sociedade exclusivamente dedicada à execução do objeto da concorrência pública internacional nº 01/SES/2015, promovida pela Prefeitura Municipal de São Paulo e subsequente contrato de concessão administrativa, voltado às atividades de modernização, otimização, expansão, operação, manutenção da infraestrutura da rede de Iluminação Pública do Município de São Paulo. **Artigo 4º** - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, não inferior ao necessário pleno atendimento de todas as obrigações constantes do contrato de concessão administrativa. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações - Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$40.010.000,00 (quarenta milhões e dez mil reais), dividido em 40.010.000 (quarenta milhões e dez mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º**- A Companhia, nos termos da lei, poderá adquirir ações de sua emissão para cancelamento, manutenção em tesouraria ou posterior alienação, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as normas legais e demais disposições aplicáveis. **Parágrafo 3º** - Os acionistas que deixarem de realizar as integralizações das ações por ele subscritas nas condições fixadas ficarão de pleno direito constituídos em mora e sujeitos ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor em atraso, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, correção monetária segundo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M) ou, no caso de sua extinção, o índice a ser definido pela Assembleia Geral, calculados sobre os valores em atraso, sem prejuízos das demais cominações legais cabíveis. **Parágrafo 4º** - A Companhia não poderá, durante todo o prazo da concessão, reduzir o capital social, a nenhum título, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Municipal de Serviços – SES. **Capítulo III - Órgãos da Sociedade - Artigo 6º** - São Órgãos da Companhia, sendo os dois primeiros de caráter permanente: a) Assembleia Geral; b) Diretoria; e c) Conselho Fiscal. **Parágrafo 1º**- A Diretoria, observadas as normas estatutárias, terá amplos poderes de administração e representação da Companhia, competindo-lhe em nome desta praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, sempre de boa fé e no melhor interesse da mesma. **Parágrafo 2º**- Por deliberação dos Sócios a Companhia poderá instituir um Conselho de Administração, nos termos da Lei 6.404/76 e legislação complementar. **Seção I - Assembleia Geral - Artigo 7º** - A Assembleia geral dos acionistas representa o supremo poder de decisão da Companhia e suas deliberações obrigam todos os acionistas, ainda que ausentes. **Artigo 8º** - A Assembleia Geral Ordinária será realizada dentro dos 4 (quatro) primeiros meses subsequentes ao fim do exercício social da Companhia e a Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que houver interesse da Companhia, permitida a realização conjunta de ambas. **Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente na forma da lei, a fim de: I – Tomar as contas dos administradores relativas ao último exercício social; II - Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; III – Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; IV – Eleger membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes; VI – Fixar honorários dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. **Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente nas hipóteses de alteração do Estatuto Social e demais casos julgados necessários, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo 3º** - Assembleia geral somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 60% (sessenta por cento), no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação, com maioria absoluta dos acionistas com direito a voto. **Parágrafo 4º** - É vedada qualquer alteração no objeto social da Companhia sem prévia e expressa anuência, por escrito, do Poder Concedente. **Artigo 9º** - A Assembleia geral, salvo as exceções previstas na legislação em vigor e neste Estatuto Social, será convocada, instalada e deliberará nos termos da Lei 6.404/76. **Artigo 10** - A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer dos Diretores, por qualquer dos acionistas, seus procuradores ou por advogado, que convalidará qualquer um dos presentes, acionista ou não, para secretariar os trabalhos. **Artigo 11** - As decisões da Assembleia geral serão tomadas pela maioria absoluta de ações com direito a voto. **Artigo 12** - Aplicar-se-á o disposto na lei 6.404/76 no tocante às matérias que dão direito de retirada ao acionista dissidente e a forma de reembolso do valor de suas ações, bem como os casos de resgate e amortização das ações. **Parágrafo Único** - Em caso de resgate ou amortização, todas as ações ordinárias terão o mesmo tratamento, observada a proporção da participação de cada acionista no capital social. **Artigo 13** - O reembolso a que se refere o Artigo 12 acima será realizado por meio do valor patrimonial das ações da Companhia. **Seção II - Diretoria - Artigo 14** - A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral competindo-lhes praticar todos os atos de gestão para assegurar o funcionamento regular da Companhia. **Artigo 15** - O mandato dos membros da Diretoria será de 3 (três) anos, admitida a reeleição. **Parágrafo Único** - Os membros da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões da Diretoria. Os membros da Diretoria são dispensados de prestação de garantia de gestão. **Artigo 16** - Em caso de ausência ou impedimento temporário, ou vacância de qualquer um dos Diretores, a Assembleia Geral elegerá em até 30 (trinta) dias um substituto para completar o mandato do Diretor ausente, impedido ou vacante. **Artigo 17** A Diretoria, para alcance do objeto social, exercerá todas as atribuições necessárias para gerir, administrar e representar a Companhia perante terceiros, com os mais amplos poderes de gestão, podendo desenvolver todos os negócios sociais, sendo de sua competência tudo o que não for vedado ou atribuído a outro órgão da Companhia por lei ou pelo presente Estatuto Social, podendo inclusive exercer a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e instituições financeiras em geral, praticando atos convenientes para a perfeita realização dos objetivos sociais, podendo, ainda, contratar, assumir direitos e obrigações, contrair financiamentos em geral, alienar, adquirir e onerar bens móveis e imóveis. **Artigo 18** - A Companhia será representada ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, por 2 (dois) Diretores, assinando em conjunto, com poderes para, respeitados os atos cuja deliberação dependa da Assembleia geral, praticar todos aqueles necessários ao funcionamento ordinário da Companhia. **Parágrafo 1º** - A Companhia poderá ser representada por um único Diretor, extraordinariamente, desde que devidamente autorizado pela Assembleia, em reunião, cuja ata deverá especificar os poderes para atuação daquele Diretor bem como a validade da autori-

zação extraordinária e servirá como instrumento para atestar a regularidade da representação da Companhia. **Parágrafo 2º** - A Companhia poderá ser representada ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, por procuradores "ad judícia" ou "ad negocia", legalmente constituídos, limitados estes aos atos que serão mencionados na respectiva procuração. **Parágrafo 3º** - A outorga de poderes pela Companhia será realizada por 2 (dois) Diretores em conjunto, por meio de instrumento de mandato, os quais vigorarão por prazo não superior a 12 (doze) meses. **Parágrafo 4º** - As disposições constantes do parágrafo 3º supra não se aplicam as procurações "ad judícia" as quais vigorarão por tempo indeterminado. **Seção III – Conselho Fiscal - Artigo 19** - A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as articulações impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. **Parágrafo 1º** - O Conselho Fiscal será composto por 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de Presidente, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. **Parágrafo 2º** - Nas hipóteses de vacância ou impedimento de membro efetivo, convocar-se-á o respectivo suplente. **Parágrafo 3º** - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria dos votos. **Capítulo IV - Artigo 20** – O exercício social da Companhia terá início em 1º janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 21** – Ao final de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras a serem submetidas à Assembleia Geral, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício. **Parágrafo 1º** - A Diretoria poderá, nos termos da legislação tributária vigente e com base em balancetes intermediários, efetuar sempre e na menor periodicidade possível, o pagamento de juros sobre o capital próprio. **Parágrafo 2º** - Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º, a Diretoria poderá submeter à apreciação da Assembleia Geral o pagamento complementar de dividendos à conta do lucro apurado no período, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço. **Artigo 22** – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **Parágrafo Único** – Do resultado do exercício, atendida a ordem legal, poderão ser deduzidos, ainda e facultativamente, os recursos fixados pela Diretoria. **Artigo 23** – Do lucro líquido do exercício serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, 5% (cinco por cento) na constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, e em seguida, ainda do lucro líquido, serão destacados, caso necessário, os valores destinados à formação de Reservas para Contingências e a de Lucros a Realizar. **Artigo 24** – Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, será distribuído aos acionistas o dividendo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento). **Parágrafo 1º** - Os dividendos serão calculados e distribuídos proporcionalmente ao capital integralizado. **Parágrafo 2º** - O pagamento de juros a título de remuneração de capital próprio poderá ser deduzido do montante de dividendo a pagar. **Artigo 25** – A Assembleia Geral resolverá sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício. **Capítulo V - Do Direito De Preferência Para Aquisição das Ações - Artigo 26** – Os acionistas terão, entre si, direito de preferência na alienação de suas ações, proporcionalmente às respectivas participações no Capital Social subscrito da Companhia, excluindo-se, para tanto, o percentual de participação do acionista que estiver ofertando suas ações. O direito de preferência aqui referido deverá ser exercido dentro do prazo de 60 (sessenta) dias. **Artigo 27** – O não exercício do direito de preferência seja quanto a totalidade ou parte dos valores mobiliários a serem alienados por qualquer dos acionistas, implicará na reversão para os demais acionistas, das sobras ou saldos verificados, respeitadas as respectivas participações no capital social subscrito, com a devida exclusão, para esse fim, do percentual de participação do acionista, que estiver ofertando suas ações, bem como daquele acionista que não tenha exercido seu direito de preferência. **Artigo 28** – O direito de preferência somente poderá ser exercido pelos acionistas ofertados se envolver a totalidade das ações ofertadas a cada um dos membros, sendo expressamente vedada aquisições parciais por qualquer dos acionistas ofertados. Outrossim, o exercício do direito de preferência ficará sujeito a aquisição pelos acionistas ofertados da totalidade das ações ofertadas pelo acionista interessado, ficando sem efeito as aquisições efetivadas, caso ao final dos prazos acima estabelecidos ainda remanescem sobras das ações. Caso os acionistas ofertados não tenham interesse ou tenha manifestado a sua intenção de adquirir a totalidade das ações ofertadas dentro do prazo estipulado no Artigo 34 acima, os acionistas alienantes poderão concluir a venda para o terceiro interessado, desde que faça dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Na hipótese de venda não ocorrer dentro do prazo aqui estipulado, o procedimento previsto neste capítulo deverá ser repetido. **Artigo 29** – Sem prejuízo do cumprimento das regras estabelecidas neste Capítulo, o ingresso de qualquer novo acionista na Companhia sujeita-se: I – à aprovação pelo órgão financiador da Companhia e pela Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria de Serviços, se aplicável; e II - a quaisquer outras exigências legais cabíveis. **Artigo 30** – Observadas as normas legais aplicáveis, cada acionista poderá transferir a totalidade ou parte das suas ações, sem sujeição ao direito de preferência, se a transferência for: I – para sociedade na qual detenha 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, do capital com direito a voto ou o controle de aludida sociedade; II – para sociedade que detenha o controle deste acionista ou a maioria do seu capital volante; III – para sociedade que esteja sob controle comum do referido acionista. **Artigo 31** – As disposições previstas no Artigo anterior são aplicáveis a qualquer transação envolvendo ações, valores mobiliários conversíveis em ações, direitos de subscrição ou quaisquer outros títulos que confirmam o direito de adquirir uma participação no capital da Companhia. Em consequência, qualquer transação realizada em violação às presentes disposições será considerada nula, sendo vedada à Companhia a realização de qualquer ato no sentido de implementá-las. **Capítulo VI - Liquidação - Artigo 32** – A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, hipótese em que a Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, nomeará o liquidante e fixará a sua remuneração e os membros do Conselho Fiscal, que funcionará durante o período de liquidação. **Artigo 33** – Todos os valores previstos neste Estatuto deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M da FGV, ou índice que substitua. **Capítulo VII - Disposições Finais - Artigo 34** - Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas e pendências oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. Jucesp sob o NIRE 3530051482-3 e registrada sob o nº 143.007/18-0 em 26/03/2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais), exceto o resultado por ação)											
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social subscrito	Transações de capital	Legal	Reserva Retenção de lucros	Pagamento baseado em ações	Prejuízos acumulados	Total
	2024	2023	2024	2023							
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	436	532	40.706	107.209	462.706	220.269	2.426	27.764	-	-	713.165
Contas a receber	-	-	246.838	194.607	15.217	-	-	-	-	-	15.217
Estoques	-	-	36.219	25.672	1.665	-	-	-	-	-	1.665
Impostos e contribuições a recuperar	128	128	9.431	6.891	8.080	-	-	-	-	-	8.080
Adiantamentos	-	-	5.428	5.925	11.700	-	-	-	-	-	11.700
Despesas antecipadas	22	22	856	1.069	14.025	-	-	-	-	-	14.025
Outros créditos	-	-	166	5.207	15.206	-	-	-	-	-	15.206
Total do ativo circulante	586	682	339.644	346.580	-	-	-	-	51.590	-	51.590
Não circulante											
Aplicações financeiras	-	-	10.719	5.769	-	-	-	-	-	(60.575)	(60.575)
Partes relacionadas	-	-	-	146	-	-	(2.426)	(27.764)	-	(16.380)	(16.380)
Tributos diferidos	-	-	2.759	-	528.599	220.269	-	-	51.590	30.190	753.693
Depósitos judiciais	-	-	823	29	7.687	-	-	-	-	(46.765)	7.687
Direito de uso – Arrendamentos	-	-	238.585	230.141	16.395	-	-	-	-	-	16.395
Investimentos	592.054	541.778	1.029	2.535	8.299	-	-	-	-	-	8.299
Imobilizado	5.167	7.692	201.241	170.507	7.080	-	-	-	-	-	7.080
Intangível	202.971	203.863	906.699	795.078	-	-	-	-	7.487	-	7.487
Total do ativo não circulante	800.192	753.333	1.361.855	1.204.205	-	-	-	-	-	9.947	9.947
	800.778	754.015	1.701.499	1.550.785	-	-	-	-	-	(10.136)	(10.136)
					568.060	220.269	-	-	59.077	(46.954)	800.452
Passivo											
Circulante											
Fornecedores	-	-	60.789	56.552	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	62.845	37.366	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de investimentos	-	-	8.913	8.262	-	-	-	-	-	-	-
Salários, provisões e encargos	-	-	20.413	17.015	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	-	-	17.524	11.468	-	-	-	-	-	(60.854)	(72.097)
Parcelamentos fiscais	-	7	1.064	1.358	-	-	-	-	-	(2.540)	841
Arrendamentos a pagar	-	-	24.755	25.954	-	-	-	-	-	(52)	(9.831)
Adiantamento de clientes	-	-	12.634	25.955	-	-	-	-	-	-	497
Outras contas a pagar	-	-	7.596	7.084	-	-	-	-	-	-	956
Total do passivo circulante	-	7	216.533	191.014	-	-	-	-	-	(16)	213
Não circulante										4	5.635
Fornecedores	-	-	1.076	1.418	-	-	-	-	-	-	(399)
Empréstimos e financiamentos	-	-	434.893	370.969	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	326	315	625	315	(3.420)	(3.526)	336.014	225.519	-	-	1.408
Arrendamentos a pagar	-	-	242.133	226.687	20.950	(4.681)	4.890	12.219	11	(37)	(3.026)
Parcelamentos fiscais	-	-	5.732	6.406	20.950	(4.800)	-	-	-	-	1.840
Provisão para demandas judiciais	-	-	55	285	-	119	4.890	12.219	-	-	1.320
Total do passivo não circulante	326	315	684.514	606.078	17.530	(8.207)	340.904	237.738	-	-	(13.321)
Patrimônio líquido					17.530	(8.207)	340.904	237.738	(6)	-	(21.615)
Capital social	568.060	528.599	568.060	528.599	-	-	-	-	-	-	(1.123)
Transação de capital	220.269	220.269	220.269	220.269	7.487	51.590	58.298	73.352	-	-	403
Pagamento baseado em ações	59.077	51.590	59.077	51.590	-	-	-	-	5	(101)	(101.878)
Prejuízos acumulados	(46.954)	(46.765)	(46.954)	(46.765)	-	-	-	-	-	-	(87.395)
Total do patrimônio líquido	800.452	753.693	800.452	753.693	4.956	481	69.858	60.274	-	-	(124.207)
	800.778	754.015	1.701.499	1.550.785	-	-	30.722	28.520	-	-	-
					-	-	-	-	-	-	-
					-	-	60.840	45.708	-	4	(5.555)
					-	-	44.539	40.488	-	-	(4.950)
					(4.860)	297	247	21.510	(2)	(12)	1.506
					9.947	(60.575)	9.947	(60.575)	(3)	-	(59.670)

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL
São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2025

Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 08.114.367/0001-62

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento a determinação da Lei das Sociedades por Ação e ao Estatuto Social, vimos apresentar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, Abril de 2025. A Administração

Balancos Patrimoniais Consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores milhares em reais)									
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023	Demonstração Consolidada de Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores milhares em reais)	
Circulante				Circulante				Capital social	Reserva legal
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.033	5.360	Fornecedores		19.264	5.107	72.767	3.994
Clientes	4	174.890	111.944	Obrigações sociais e trabalhistas		38.145	30.051	–	69.986
Tributos a recuperar	5	15.769	2.393	Obrigações tributárias		24.965	15.059	–	1.733
Adiantamentos	6	5.145	3.738	Contas a pagar de investimentos	12	175.670	53.420	–	(14.149)
Despesas pagas antecipadamente		1.995	2.059	Dividendos a pagar		19.758	–	–	6.866
Demais contas a receber		42.725	735	Provisão para contingências		708	–	–	56.595
Total do ativo circulante		255.558	126.230	Adiantamentos de clientes		6.448	1.677	–	–
Não Circulante				Demais contas a pagar		20.429	5.459	72.767	7.539
Realizável a longo prazo				Total do passivo circulante		305.387	110.772	75.476	–
Partes relacionadas	7	10.839	9.421	Não Circulante				–	2.445
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	64.079	34.445	Contas a pagar de ativos e controladas	12	232.474	72.444	–	15.533
Investimentos em participações societárias	9	101	101	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	41.123	37.254	–	(2.830)
Imobilizado		32.613	21.908	Obrigações tributárias		281	–	–	777
Intangível	10	1.406.590	588.377	Partes relacionadas	7	875.797	341.957	–	–
Total do ativo não circulante		1.514.221	654.252	Participação Minoritária		5.866	–	148.243	11.145
Total do Ativo		1.769.778	780.482	Total do passivo não circulante		1.173.144	471.917	11.145	131.859
				Patrimônio Líquido				291.247	291.247
				Capital social	13	148.243	72.767		
				Reserva legal		7.539	7.539		
				Reserva de lucros		135.465	117.487		
						291.247	197.793		
				Total do patrimônio líquido		291.247	197.793		
				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.769.778	780.482		
				Em de agosto de 2024, a MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A. concluiu a aquisição da totalidade da D'Or Consultoria, composta por JTO Holding S.A., JTO Fundadores Participações Ltda. e Rede D'Or Soluções Corporativas em Saúde e Segurança do Trabalho Ltda., anteriormente controladas pela Rede D'Or São Luiz S.A.					
				10. Intangível					
				Ágios (1)		2024	2023		
				Providência Corretora de Seguros e Consultoria S/S Ltda		3.645	3.645		
				MDS Associações Corretora de Seguros Ltda R.S.L. Corretora de Seguros Ltda		7.270	7.270		
				ADSmakler Administração Corretora de Seguros Ltda.		11.540	11.540		
				Miral Administradora e Corretora de Seguros Ltda.		38.085	38.085		
				Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda.		32.865	32.865		
				ADSmakler Administradora Corretora de Seguros e Participações Ltda.		1.333	1.333		
				Quorum Corretora de Seguros Ltda.		2.640	2.640		
				838 Soluções Ltda		10.599	10.599		
				Bens-MDS Consultoria e Corretora de Seguros Ltda		1.173	1.173		
				Duobens-MDS Consultoria e Corretora de Seguros Ltda		26.668	26.668		
				Process Corretora de Seguros Ltda		1.205	1.205		
				Tovese Corretora de Seguros Ltda		32.335	32.335		
				QH Consultoria e Corretagem de Seguros Ltda		70.777	70.777		
				Credrisk Seguros Sociedade De Corretagem de Seguros De Credito E Garantias Ltda		30.043	30.043		
				Credrisk Marine Corretora De Seguros Ltda		27.647	27.647		

Publique no Data Mercantil!



✉ **Orçamentos:** comercial@datamercantil.com.br

São Paulo

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Six Port Participações S/A					
CNPJ/CPF: 23.361.005/0001-45					
Demonstrações Financeiras dos exercícios fndos em 31.12.2021 e 2020					
Balança Patrimonial			Demonstrações do Resultado do Exercício		
	2021	2020	2021	2020	
Ativo	285,40	1.017,40			
Ativo Circulante	285,40	1.017,40	Despesas/Receitas Operacionais	(12.292,00)	(11.732,30)
Caixa e Equivalente de Caixa	285,40	1.017,40	Serviços Contratados	(11.560,00)	(11.039,00)
Bancos Conta Movimento	285,40	1.017,40	Despesas Financeiras	(732,00)	(693,30)
Passivo	285,40	1.017,40	Lucro Operacional	(12.292,00)	(11.732,30)
Passivo Circulante	22.599,00	11.039,00	Lucro Antes CSLL	(12.292,00)	(11.732,30)
Obrigações Operacionais			Lucro Antes do IRPJ	(12.292,00)	(11.732,30)
Curto Prazo	22.599,00	11.039,00	Lucro (Prejuízo) Líquido do Ano		
Fornecedores	877,00	848,00	Calendário	(12.292,00)	(11.732,30)
Financiamentos	21.722,00	10.191,00			
Matrimônio Líquido	(22.313,60)	(10.021,60)	Diretoria		
Capital Social	12.000,00	12.000,00	Victor Manuel Dinis dos Santos		
Capital Social Realizado	12.000,00	12.000,00	Diretor Presidente		
Prejuízos Acumulados	(34.313,60)	(22.021,60)	Sonia Maria de Barros Magalhães		
Lucro/Prejuízo	(34.313,60)	(22.021,60)	Contabilista - CRC: 1SP161.479/O-5		

Qualiciclo Agrícola S.A.

CNPJ/MF nº 04.784.681/0001-87 - NIRE 35300557743

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Qualiciclo Agrícola S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada de modo exclusivamente digital e remoto no dia 30 de abril de 2025, às 16 horas, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma Microsoft Teams, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **1.** Aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras referentes ao período findo em 30 de junho de 2024; **2.** Fixar a remuneração global e anual dos administradores da Companhia do exercício referente ao exercício social a encerra-se em 30 de junho de 2025; e **3.** Alteração da composição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. A Companhia disponibilizará os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, bem como, o link Teams de acesso à reunião no endereço de e-mail dos acionistas. Ponta Grossa/PR, 23, 24 e 25 de abril de 2025. **Ruy Marcos Laguna Cunha**, Presidente do Conselho de Administração. (23, 24 e 25/04/2025)

ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 49.732.175/0001-82 - NIRE 35300446666

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Banco Santander (Brasil) S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, conjunto 281, bloco A, condomínio WTorre JK, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04.543-011, na qualidade de debenturista titular de mais de 10% das debêntures em circulação do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático, da **ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 49.732.175/0001-82, sediada na Avenida Jose Cesar de Oliveira, nº 21, conjunto 31/33, bloco III, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05317-020 ("Debêntures Tok&Stok" e "Tok&Stok" ou "Companhia", respectivamente), com fulcro na Cláusula 13.2 da escritura de emissão das Debêntures Tok&Stok ("Escritura de Emissão") e nos artigos 71, § 1º, e 124 da Lei nº 6.404/1976, **CONVOCA** os titulares das Debêntures Tok&Stok ("Debenturistas") para se reunirem em **assembleia geral de debenturistas** a ser realizada, em primeira convocação, na sede da Companhia, às 09:00 horas do dia 29 de abril de 2025, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia ("AGD"): **(i) CONDICIONADO** à assunção de determinadas obrigações vinculantes pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão; **CONCEDER RENÚNCIA FORMAL**, em consonância com o disposto na Cláusula 10 da Escritura de Emissão, com relação ao direito dos Debenturistas de declarar o vencimento antecipado das Debêntures Tok&Stok em função da ocorrência das hipóteses aplicáveis, e na extensão a ser eventualmente determinada pelos Debenturistas na AGD - previstas na Cláusula 10.1.2 (iii), em quaisquer dos itens da Cláusula 10.1.2 (iv) e/ou Cláusula 10.1.2 (v) da Escritura de Emissão -, e decorrentes da eventual liquidação da OPA, observados os termos e condições previstos no "Edital de Oferta Pública Voluntária para Aquisição do Controle da Mobly S.A." publicado por Regain Participações Ltda. e Paul Jean Dubrulle (em conjunto, os "Ofertantes") em 15 de abril de 2025 ("Edital da OPA"); e **(ii) AUTORIZAR A PRÁTICA**, pelo Agente Fiduciário e/ou pelas demais partes envolvidas, dos atos necessários à implementação das deliberações referidas no item **(i)** acima da ordem do dia. **Instruções Gerais.** O Edital da OPA, que constitui o material da AGD, encontra-se à disposição dos Debenturistas em < www.b3.com.br> < www.b3.com.br> < www.gov.br/cvm/pt-br>. Para participar da AGD, os Debenturistas deverão se apresentar no endereço indicado acima antes do horário agendado para o seu início, portando os seguintes documentos: (i) extrato da respectiva conta das Debêntures Tok&Stok aberta em nome de cada Debenturista e emitido pela instituição depositária; (ii) em se tratando de pessoa física, documento de identidade com foto e, em se tratando de pessoa jurídica, documentos comprobatórios da regularidade da representação, na forma de seus atos constitutivos; e (iii) se aplicável, procuração com poderes específicos para a representação do Debenturista na AGD, obedecidas as condições legais aplicáveis. São Paulo, 18 de abril de 2025. **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2025

Data, Hora e Local: aos 05 (cinco) dias do mês de março de 2025, às 09h00min, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900. **Presença:** Presentes os Acionistas representando mais de 2/3 do capital social votante, conforme assinaturas constantes da Lista de Presença de Acionistas arquivada em livro próprio na sede da Companhia e constante na presente Ata como Anexo I. **Convocação:** Edital de Convocação publicado no jornal "Data Mercantil", nas versões impressa e eletrônica, nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro de 2025. **Mesa:** Presidente: Fabio Luiz Munhoz Mazzaro; Secretário: Sandro Morais Nogueira. **Ordem do Dia:** deliberar sobre a (i) contratação de Seguro Garantia nº 0306920259907751381140000, perante a Potencial Seguradora, no valor de até R\$ 207.178.140,86 (duzentos e sete milhões cento e setenta e oito mil cento e quarenta reais e oitenta e seis centavos), para garantia de ação judicial; (ii) outros assuntos de interesse social. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por maioria absoluta dos votos, em observância às regras de votação previstas no Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia: (i) aprovar a contratação do Seguro Garantia nº 0306920259907751381140000, perante a Potencial Seguradora, que dispôs das melhores condições, no valor de até R\$ 207.178.140,86 (duzentos e sete milhões cento e setenta e oito mil cento e quarenta reais e oitenta e seis centavos), para garantia de ação judicial, a ser distribuída, voltada a desconstituir os débitos referentes ao processo administrativo fiscal de nº 13005.721188/2017-81. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente da Mesa ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Assinaturas: Fabio Luiz Munhoz Mazzaro, Presidente da Mesa; Sandro Morais Nogueira, Secretário da Mesa; Acionistas: CBC Global Ammunition LLC, representada por Sandro Morais Nogueira; e, Bernardo Simões Birmann. "A presente ata é cópia fiel da mantida na sede da Companhia" Ribeirão Pires, 05 de março de 2025. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Presidente da Mesa; **Sandro Morais Nogueira** – Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 93.761/25-9 em 14/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 8:00 horas do dia 25/04/2025, na Av. Humberto de Campos, 3220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na cidade de Ribeirão Pires, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** a extinção dos cargos/Diretorias de Vice-Presidente de Marketing e Vendas Internacionais e Vice Presidência de Operações; **(b)** a criação dos cargos/Diretorias Vice-Presidente Sênior de Operações, Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior; **(c)** as eleições do Vice-Presidente Sênior de Operações, Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior; **(d)** reeleição da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 anos, para fins de representação da companhia; e **(e)** outros assuntos de interesse social. Ribeirão Pires, 17/04/2025. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Sandro Morais Nogueira** – Diretor Administrativo e Financeiro. (17, 18 e 23/04/2025)

Albriggs Defesa Ambiental S.A.

CNPJ nº 04.050.400/0001-62 - NIRE 35.300.1808-79

Edital de 2ª Convocação - Assembleia Geral Ordinária

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral ordinária em segunda convocação, a realizar-se no dia 25 de abril de 2025 às 11:00 horas, na sede social, à Avenida Jabaquara, nº 3.060 – 3º andar – Bairro Mirandópolis – São Paulo/SP., a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: **1)** Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balança Patrimonial e demais peças das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; **2)** Destinação do resultado exercício e constituição da reserva legal; **3)** Outros assuntos de interesse dos acionistas. Achem-se à disposição dos senhores acionistas, na sede Social, os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76 São Paulo, 17 de abril de 2025. **Valter Carmona**, Diretor Administrativo e Financeiro. (18, 23 e 24/04/2025)

EPR Participações S.A.

CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 - NIRE 3530060530-6

Ata de reunião de Diretoria

Data, Horário e Local: 08/04/2025, às 16hs, em São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença da totalidade dos diretores da Companhia. **Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga; e Secretário: Enio Stein Junior. **Deliberações aprovadas:** A abertura de uma filial da Companhia na cidade de Pouso Alegre, no estado de Minas Gerais, situado à Avenida Vicente Simões, nº 870, Bairro Centro, CEP 37550-136, que terá como atividade principal a centralização e padronização dos processos de suporte administrativo e operacional (CNAE 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo). Nada mais. São Paulo, 08/04/2025. JUCESP nº 134.648/25-0 em 16/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Six Port Participações S/A					
CNPJ/CPF: 23.361.005/0001-45					
Demonstrações Financeiras dos exercícios fndos em 31.12.2022 e 2021					
Balança Patrimonial			Demonstrações do Resultado do Exercício		
	2022	2021	2022	2021	
Ativo	58.891.108,08	285,40	Capital Social	9.403.669,70	12.000,00
Ativo Circulante	1.160.491,51	285,40	Capital Social Realizado	9.403.669,70	12.000,00
Caixa e Equivalente de Caixa	1.160.491,51	285,40	Reservas de Lucro	32.303.362,09	0,00
Bancos Conta Movimento		285,40	Reserva de Lucros a Realizar	32.303.362,09	0,00
Títulos Vincs Mercado Aberto	1.159.516,06	0,00	Prejuízos Acumulados	0,00	(34.313,60)
Ativo Não Circulante	57.730.616,57	0,00	Lucro/Prejuízo	0,00	(34.313,60)
Realizável a Longo Prazo	12.002.500,00	0,00			
Contas Correntes	12.002.500,00	0,00	Demonstrações do Resultado do Exercício	2022	2021
Investimentos	45.728.116,57	0,00	Despesas/Receitas Operacionais	42.617.066,71	(12.292,00)
Participações em Controladas	45.728.116,57	0,00	Serviços Contratados	(12.600,00)	(11.560,00)
Passivo	58.891.108,08	285,40	Despesas Financeiras	(4.581,72)	(732,00)
Passivo Circulante	5.181.576,29	22.599,00	Receitas Financeiras	38.409,44	0,00
Obrigações Operacionais Curto Prazo	5.181.576,29	22.599,00	Outras Despesas	(609,58)	0,00
Fornecedores	965,00	877,00	Equivalência Patrimonial	42.596.448,57	0,00
Financiamentos	0,00	21.722,00	Lucro Operacional	42.617.066,71	(12.292,00)
Tributárias	3.438,54	0,00	Lucro Antes CSLL	42.617.066,71	(12.292,00)
Outras Obrigações	5.177.172,75	0,00	Contribuição Social S/Lucro Líquido - CSLL	(3.456,85)	0,00
Passivo Não Circulante	12.002.500,00	0,00	Lucro Antes do IRPJ	42.613.609,86	(12.292,00)
Outras Obrigações	12.002.500,00	0,00	Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	(5.761,42)	0,00
Contratos de Mutuo	12.002.500,00	0,00	Lucro (Prejuízo) Líquido do Ano Calendário	42.607.848,44	(12.292,00)
Patrimônio Líquido	41.707.031,79	(22.313,60)	Diretoria		
			Victor Manuel Dinis dos Santos - Diretor Presidente	Sonia Maria de Barros Magalhães - Contabilista - CRC: 1SP161.479/O-5	

Six Port Participações S/A					
CNPJ/CPF: 23.361.005/0001-45					
Demonstrações Financeiras dos exercícios fndos em 31.12.2023 e 2022					
Balança Patrimonial			Demonstrações do Resultado do Exercício		
	2023	2022	2023	2022	
Ativo	73.541.861,51	58.891.108,08	Patrimônio Líquido	61.112.990,76	41.707.031,79
Ativo Circulante	6.919.117,65	1.160.491,51	Capital Social	9.403.669,70	9.403.669,70
Caixa e Equivalente de Caixa	4.785.917,65	1.160.491,51	Capital Social Realizado	9.403.669,70	9.403.669,70
Bancos Conta Movimento	213,77	975,45	Reservas de Lucro	51.709.321,06	32.303.362,09
Títulos Vincs Mercado Aberto	4.785.703,88	1.159.516,06	Reserva de Lucros a Realizar	51.709.321,06	32.303.362,09
Realizável a Curto Prazo	2.133.200,00	0,00			
Contas A Receber	2.133.200,00	0,00	Demonstrações do Resultado do Exercício	2023	2022
Ativo Não Circulante	66.622.743,86	57.730.616,57	Despesas/Receitas Operacionais	24.112.916,03	42.617.066,71
Realizável a Longo Prazo	8.002.500,00	12.002.500,00	Serviços Contratados	(16.199,00)	(12.600,00)
Contas Correntes	8.002.500,00	12.002.500,00	Despesas Financeiras	(5.013,94)	(4.581,72)
Investimentos	58.620.243,86	45.728.116,57	Receitas Financeiras	466.169,51	38.409,44
Participações em Controladas	58.620.243,86	45.728.116,57	Outras Despesas	0,00	(609,58)
Passivo	73.541.861,51	58.891.108,08	Equivalência Patrimonial	23.667.959,46	42.596.448,57
Passivo Circulante	4.626.370,75	5.181.576,29	Lucro Operacional	24.112.916,03	42.617.066,71
Obrigações Operacionais Curto Prazo	4.626.370,75	5.181.576,29	Lucro Antes CSLL	24.112.916,03	42.617.066,71
Fornecedores	1.200,00	965,00	Contribuição Social S/ Lucro Líquido - CSLL	(41.955,26)	(3.456,85)
Tributárias	38.170,75	3.438,54	Lucro Antes do IRPJ	24.070.960,77	42.613.609,86
Outras Obrigações	4.587.000,00	5.177.172,75	Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	(92.542,38)	(5.761,42)
Passivo Não Circulante	7.802.500,00	12.002.500,00	Lucro (Prejuízo) Líquido do Ano Calendário	23.978.418,39	42.607.848,44
Outras Obrigações	7.802.500,00	12.002.500,00	Diretoria		
Contratos de Mutuo	7.802.500,00	12.002.500,00	Victor Manuel Dinis dos Santos - Diretor Presidente	Sonia Maria de Barros Magalhães - Contabilista - CRC: 1SP161.479/O-5	

Six Port Participações S/A						
CNPJ/CPF: 23.361.005/0001-45						
Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31.12.2024 e 2023						
Balanço Patrimonial						
	2024	2023		2024	2023	
Ativo	76.215.908,34	73.541.861,51	Patrimônio Líquido	65.726.484,01	61.112.990,76	
Ativo Circulante	9.960.358,91	6.919.117,65	Capital Social	9.403.669,70	9.403.669,70	
Caixa e Equivalente de Caixa	7.421.009,08	4.785.917,65	Capital Social Realizado	9.403.669,70	9.403.669,70	
Bancos Conta Movimento	2,00	213,77	Reservas de Lucro	56.322.814,31	51.709.321,06	
Títulos Vincs Mercado Aberto	7.421.007,08	4.785.703,88	Reserva de Lucros a Realizar	56.322.814,31	51.709.321,06	
Realizável A Curto Prazo	2.539.349,83	2.133.200,00	Demonstrações do Resultado do Exercício	2024	2023	
Contas A Receber	2.500.000,00	2.133.200,00		Despesas/Receitas Operacionais	18.995.685,74	24.112.916,03
Impostos A Recuperar	39.349,83	0,00		Serviços Contratados	(17.700,00)	(16.199,00)
Ativo Não Circulante	66.255.549,43	66.622.743,86		Despesas Financeiras	(3.029,03)	(5.013,94)
Realizável a Longo Prazo	4.642.500,00	8.002.500,00		Receitas Financeiras	682.752,94	466.169,51
Contas Correntes	4.642.500,00	8.002.500,00	Equivalência Patrimonial	18.333.661,83	23.667.959,46	
Investimentos	61.613.049,43	58.620.243,86	Lucro Operacional	18.995.685,74	24.112.916,03	
Participações em Controladas	61.613.049,43	58.620.243,86	Lucro Antes CSLL	18.995.685,74	24.112.916,03	
Passivo	76.215.908,34	73.541.861,51	Contribuição Social S/Lucro			
Passivo Circulante	7.686.924,33	4.626.370,75	Líquido - CSLL	(61.447,77)	(41.955,26)	
Obrigações Operacionais Curto Prazo	7.686.924,33	4.626.370,75	Lucro Antes do IRPJ	18.934.237,97	24.070.960,77	
Fornecedores	1.260,00	1.200,00	Imposto De Renda Pessoa			
Tributárias	58.664,33	38.170,75	Jurídica - IRPJ	(146.688,24)	(92.542,38)	
Outras Obrigações	7.627.000,00	4.587.000,00	Lucro (Prejuízo) Líquido do			
Passivo Não Circulante	2.802.500,00	7.802.500,00	Ano Calendário	18.787.549,73	23.978.418,39	
Outras Obrigações	2.802.500,00	7.802.500,00				
Contratos de Mutuo	2.802.500,00	7.802.500,00				
Diretoria						
Victor Manuel Dinis dos Santos - Diretor Presidente			Sonia Maria de Barros Magalhães - Contabilista - CRC: 1SP161.479/O-5			

Gante SP Participações S.A.			
CNPJ nº 19.065.641/0001-52			
DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA REFERENTES AO PERÍODO EM 01/01/2024 A 31/12/2024			
BALANÇOS PATRIMONIAIS			
ATIVO		PASSIVO	
Ativo	26.431.753,10	Passivo	26.431.753,10
Ativo circulante	14.004.484,72	Passivo circulante	1.147.314,10
Disponível	564.693,34	Fornecedores	728.246,76
Bancos	564.693,34	Fornecedores	728.246,76
Bancos conta movimento	522.823,56	Fornecedores nacionais	728.246,76
Banco Bradesco	522.823,56	Fornecedores nacionais	728.246,76
Aplicações financeiras	41.869,78	Obrigações tributárias	405.973,72
Aplicações em CDB – Bradesco	41.869,78	Obrigações tributárias	405.973,72
Outros créditos	89.096,17	Impostos e contribuições a recolher	405.973,72
Outros créditos	89.096,17	IRPJ a recolher	263.344,25
Adiantamentos a fornecedores	53.500,00	CSLL a recolher	123.980,87
Adiantamentos a fornecedores	53.500,00	Imposto de renda na fonte a recolher	71,50
Tributos a recuperar / compensar	35.596,17	PIS a recolher	3.250,00
Saldo negativo IRPJ 2020	35.596,17	COFINS a recolher	15.000,00
Estoque	13.322.504,31	ISS retido na fonte a recolher	1,61
Estoque	13.322.504,31	INSS retido na fonte a recolher	325,49
Mercadorias, produtos e insumos	13.322.504,31	Outras Obrigações	13.093,62
Estoque de imóveis da ativo imobiliária	13.211.430,31	Outras Obrigações	13.093,62
Benf. imóvel – Apto 201 Cond		Contas a pagar	13.093,62
Anaua Panamby	111.074,00	Seguros a pagar	13.093,62
Despesas pagas antecipadamente	28.190,90	Patrimônio líquido	25.284.439,00
Despesas pagas antecipadamente	28.190,90	Capital social	27.292.997,00
Despesas de meses seguintes	28.190,90	Capital social	27.292.997,00
Prêmios de seguros a apropriar	28.190,90	Capital social	27.292.997,00
Ativo não circulante	12.427.268,38	Reservas	(568.884,26)
Imobilizado	12.427.268,38	Reservas de capital	295.000,94
Bens imóveis	11.427.537,85	Reservas de capital	295.000,94
Bens imóveis	12.745.092,70	Reservas para futuro aumento de capital	295.000,94
Edifícios	2.598.115,40	Ajustes de avaliação patrimonial	(863.885,20)
(-)Subcta. ajuste a valor pres. – Edifícios	(863.885,20)	Ajustes de avaliação patrimonial	(863.885,20)
Galpão	5.316.000,00	(-)Ajustes de avaliação patrimonial neg.	(863.885,20)
Benfeitorias – galpão	3.626.979,15	Lucros/prejuízos acumulados	(959.343,38)
Galpão – terreno anexo	1.150.000,00	Lucros/prejuízos acumulados	(959.343,38)
Benfeitorias – terreno anexo	917.883,35	Lucros/prejuízos acumulados	(959.343,38)
(-) Depreciações acumuladas bens imóveis	(1.317.554,85)	(-) Prejuízos acumulados	(959.343,38)
(-) Depreciação de edifícios	(520.234,50)	Resultado do exercício	(480.330,36)
(-) Depreciação de galpão	(797.320,35)	Resultado do exercício	(480.330,36)
Bens móveis	999.730,53	Resultado do exercício	(480.330,36)
Bens móveis	3.184.315,22	Prejuízo do exercício	(480.330,36)
Móveis e utensílios	605.466,98	Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 26.431.753,10 (vinte e seis milhões, quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e cinquenta e tres reais e dez centavos)	
Veículos	2.559.561,24		
Máquinas e equipamentos	19.287,00		
(-) Depreciações, amort. e exaust. Acum.	(2.184.584,69)		
(-) Depr. acum. de moveis e utensílios	(251.670,70)		
(-) Depr. acumuladas de Veículos	(1.924.171,61)		
(-) Depr. acumuladas maq. e equiptos.	(8.742,38)		
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Receitas		Seguro s/patrimônio	60.122,76 D
Receita bruta de venda de mercadoria	25.000.000,00 C	IPTU	102.773,91 D
Venda de mercadoria	25.000.000,00 C	Despesas com veiculos	146.967,49 D
(-) Impostos incidentes s/ vendas	912.500,00 D	Estacionamento e pedágios	7.326,34 D
COFINS	750.000,00 D	Conservação e manutenção de veiculos	33.479,32 D
PIS	162.500,00 D	Multas de trânsito	1.786,19 D
Aplicação e descontos	739.877,91 C	IPVA	104.375,64 D
Rendimento aplicações financeiras	186.493,36 C	Despesas gerais	161.362,95 D
Juros recebidos	553.384,55 C	Frete e carretos	4.600,00 D
Outras receitas	75.000,00 C	Serviços de manutenção e conservação	4.850,00 D
Receita com alugueis	75.000,00 C	Materiais de uso e/ou consumo	2.883,00 D
Resultado com venda de bens	587.333,33 C	Serviços de limpeza e conservação	2.600,00 D
Venda de bens patrimoniais	1.128.000,00 C	Máquinas e equipamentos	85.312,95 D
Custo de venda bens patrimoniais	540.666,67 D	Obras e benfeitorias	11.426,00 D
Contas de resultado – custos e despesas	5.653.433,02 D	Outros serviços	49.691,00 D
Custos gerais	5.653.433,02 D	Despesas com depreciação, amort. e exaus	732.868,21 D
Custo das unidades imobiliárias vendidas	5.653.433,02 D	Depreciação de veículos	390.903,91 D
Despesas administrativas	1.051.994,79 D	Depreciação de máquinas, equipamentos	790,62 D
Assessoria contábil	18.065,64 D	Depreciação de edifícios	69.362,28 D
Honorários advocatícios	634.178,30 D	Depreciação de móveis e utensílios	59.192,64 D
Serviços prestados por pessoa jurídica	22.066,61 D	Depreciação galpão	212.618,76 D
Condomínios	299.532,38 D	Despesas tributárias	1.302.060,91 D
Segurança	4.969,77 D	Imposto de renda	767.179,47 D
Despesas cartoriais	68.580,24 D	Contribuição social	372.664,61 D
Taxas diversas	860,85 D	Tributos municipais	162.216,83 D
Bens de natureza permanente	3.741,00 D	Despesas financeiras	45.171,19 D
Despesas com comunicação	5.266,22 D	Despesas bancárias	2.066,66 D
Telefone	5.266,22 D	IOF	18.203,74 D
Despesas com instalação	185.983,24 D	Multas	1.815,43 D
Energia elétrica	7.673,49 D	Juros	275,32 D
Manutenção do patrimônio	15.413,08 D	IR s/aplicação financeira	22.810,04 D
		= Lucro	16.204.603,22 C
Presidente: Renata de Paula David Contadora : Aline Ventura D. Ambros - CRC nº 298041/0-1			

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.	
CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101	
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária	
A Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. ("Companhia"), sociedade por ações, nos termos do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, convoca seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de abril de 2025, às 10.00 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, 7º e 13º andares, conjuntos 71, 72, 131 e 132, CEP 05422-000, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iii) eleger membros da Diretoria da Companhia. São Paulo, 17 de Abril de 2025. Diretoria da Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. (18, 23 e 24/04/2025)	

Ibitu Energia S.A.	
CNPJ/FM nº 31.908.280/0001-64 – NIRE 35.300.527.291	
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/02/2025, às 12h00 – Errata	
Referente à publicação da Assembleia Geral Extraordinária da Ibitu Energia S.A. realizada em 11 de fevereiro de 2025 às 12:00 horas, publicada neste Jornal, Data Mercantil, em 13 de fevereiro de 2025, em fls. 05 na edição digital e em fls. 07 na edição impressa: Onde se lê: "Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a aprovação da redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 720.000.000,00 por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, com o respectivo cancelamento de 720.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia" Leia-se: "Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a aprovação da redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 535.000.000,00 por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, com o respectivo cancelamento de 535.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia". Onde se lê: "Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, passando dos atuais R\$ 1.608.917.852,25, para R\$ 888.917.852,25, uma redução de capital, portanto, de R\$ 720.000.000,00, com o cancelamento de 720.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de redução de R\$ 1,00 cada" Leia-se: "Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, passando dos atuais R\$ 1.608.917.852,25, para R\$ 1.073.917.852,25, uma redução de capital, portanto, de R\$ 535.000.000,00, com o cancelamento de 535.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de redução de R\$ 1,00 cada" Onde se lê: "Consignar que a quantia total da redução de Capital da Companhia, no montante de R\$ 720.000.000,00, será restituída ao Acionista da Companhia, em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária." Leia-se: "Consignar que a quantia total da redução de Capital da Companhia, no montante de R\$ 535.000.000,00, será restituída ao Acionista da Companhia, em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária." Onde se lê: "Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.1 acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a redução de capital e o cancelamento de ações, que passa a vigorar seguinte redação: "Artigo 5º" O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 888.917.852,25, dividido em 888.917.852 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." Leia-se: "Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.1 acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a redução de capital e o cancelamento de ações, que passa a vigorar seguinte redação: "Artigo 5º" O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.073.917.852,25, dividido em 1.073.917.852 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." A presente errata não altera a natureza da operação deliberada, tampouco prejudica eventuais direitos de terceiros, uma vez que permite redução de capital em valor a menor do que o previsto, preservando integralmente os interesses dos credores.	

Cars Duo 001					
Administração de Bens Proprios S.A.					
CNPJ (ME) nº 21.602.764/0001-27					
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
BALANÇOS PATRIMONIAIS					
ATIVO	2024	2023	PASSIVO	2024	2023
Ativo circulante	120	92	Passivo circulante	4	11
Títulos e valores mobiliários	103	88	Outras obrigações	4	11
Cotas de fundos de investimentos	103	88	Demais impostos e contri-		
Outros créditos	17	4	buições a recolher	-	1
Créditos tributários	3	-	Provisões para pagamen-		
Diversos	14	4	tos a efetuar	4	10
Ativo não circulante	384	563	Passivo não circulante	321	299
Realizável a longo prazo	237	248	Exigível a longo prazo	321	299
Outros créditos	237	160	Outras obrigações	321	299
Valores a receber de sociedades ligadas	55	-	Diversos	321	299
Diversos	182	160	Patrimônio líquido	179	345
Outros valores e bens	-	88,00	Capital:	845	845
Outros valores e bens	-	88	De domiciliados no país	845	845
Imobilizado de uso	147	315	Lucros / (prejuízos) acumulados	(666)	(500)
Outros bens do Imob. de uso	840	840	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	179	345
(Depreciações acumuladas)	(693)	(525)	Total do passivo e patrimônio líquido	504	655
Total do ativo	504	655			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
	2024	2023		2024	2023
Deduções da Receita Bruta	-	(1)	Rendas de aplicação		
Tributos sobre a receita	-	(1)	interfinanceira de liquidez	1	15
Despesas com Pis e Cofins	-	(1)	Rendas de títulos e valores mobiliários	1	-
Resultado Bruto	-	(1)	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(166)	(153)
Despesas/Receitas Operacionais	(168)	(167)	Resultado Líquido das Operações Continuadas	(166)	(153)
Despesas Gerais e Administrativas	(168)	(167)	Lucro/ (Prejuízo) do Período	(166)	(153)
Outras despesas administrativas	(168)	1	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(166)	(153)
Despesas de depreciação e amortização	-	(168)	Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(168)	(168)	Nº de Ações	845.328	845.328
Resultado Financeiro	2	15	Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,196)	(0,181)
Receitas Financeiras	2	15			
A DIRETORIA: Ignis Contabil Ltda. - Nivia Maria Gonçalves Contadora - ISP 215.294/0-3					

DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	
CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92 – Companhia Aberta	
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária	
Convocamos os Srs. Acionistas da DM Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 17h, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1 – Tomar as contas dos administradores da Companhia; 2- Examinar e votar o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, demais demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente da companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 3 – Fixação do número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; 4 – Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração para o próximo mandato. 5 – Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual dos Administradores para o exercício de 2025. Informações Gerais: I) Participação dos acionistas na AGO. Os acionistas poderão participar da AGO: (i) pessoalmente, ou (ii) por meio de procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6404/76 conforme alterada ("Lei das S.A.") e de acordo com o Artigo 10º parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia. Aos Acionistas que decidirem participar e votar na AGO através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de solicitação à Companhia, de documento de comprovação de sua qualidade como acionista, através do e-mail dmfinanceira@votedm.com.br , aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores. Conforme o estabelecido no Artigo 9º parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia e nas normas aplicáveis, a comprovação da condição de acionista deverá ocorrer, mediante a apresentação de: (i) documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A.; e (iii) quando necessário, comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, pelo menos, 05 (cinco) dias úteis antes da AGO e depositado na sede da Companhia e/ou enviado digitalizado, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da AGO. A Companhia esclarece que os acionistas deverão depositar os respectivos documentos mencionados na sede da Companhia, em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGO. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGO, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 6º da Resolução CVM 81. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na AGO, a Companhia enviará, ao endereço de e-mail indicado pelo acionista, o link e as instruções de acesso à plataforma aos acionistas ou, se for o caso seus representantes legais ou procuradores. Referidas informações serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. II) Documentos à disposição dos acionistas. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGO, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e nas páginas (https://www.vocedmfinanceira.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores, em conformidade com as disposições da Lei das S.A., e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, ("Resolução CVM 81"). III) Participação via Boletim de Voto à Distância: A Companhia adotará o sistema de votação a distância nos termos da Resolução CVM 81, de forma que os acionistas poderão alternativamente participar da AGO mediante o envio do boletim de voto a distância conforme modelos, nos termos indicados na Proposta de Administração disponibilizada nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (https://www.vocedmfinanceira.com.br), i) por meio de seus respectivos agentes de custódia, (ii) via a instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, ou, (iii) diretamente à Companhia. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto à distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como as orientações e prazos constantes dos próprios boletins de voto, na Proposta da Administração. São José dos Campos, 05 de abril de 2025. Carlos Antonio Tamaki – Presidente do Conselho de Administração; Tharik Camocardi de Moura – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (05, 23 e 24/04/2025)	

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/04/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

